

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90037/2026

Processo nº 01511020.000026/2025-61

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2026

Processo Administrativo nº 01511020.000026/2025-61

A Secretaria de Estado da Administração - SEAD, responsável pela fase externa das licitações oriundas da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte - SESED, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

UASG: 925538

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/05/2026.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): 09:00 horas.

LOCAL (PLATAFORMA): Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço, por lote e por item.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de notebook 15,6' Core i7, 16 GB RAM, 512 GB SSD e acessórios, mesas modulares, cadeiras, armários, lousa interativa de 85', sistema de som, switch PoE, caixas de cabos de rede Ethernet LAN Cat5e RJ45, no-break senoidal e ar-condicionado de 30.000 BTUs com instalação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 3 (três) itens isolados e 2 (dois) grupos, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2.1 relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para **todos** os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Com exceção do item 1 - Notebook 15,6" Core i7, 16 GB RAM, 512 GB SSD e acessórios, que será de ampla concorrência conforme Lei Complementar Estadual nº 675/2020, **os demais serão de participação exclusiva de ME e EPP equiparadas**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Caberá ao licitante observar essa informação antes de oferecer propostas e/ou lances.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de

interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4. e 2.9.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4. e 2.9.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.16. A vedação de que trata o item 2.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.17 Será permitida a participação de empresas em consórcio nesta licitação.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de R\$ 448.503,36 (quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e três reais e trinta e seis centavos).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação,

podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valores unitários e totais dos itens expressos em Reais (R\$).

5.1.3. Marca.

5.1.3. Fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.5.1 Para fins de lances e de julgamento das propostas, os itens deste certame estão organizados em duas formas distintas, a saber:

I - itens unitários, com julgamento individualizado por item: itens 1, 5 e 10; conforme dispostos no termo de referência.

II - itens agrupados em lote/grupo, com julgamento pelo valor global do respectivo grupo, assim distribuídos:

a) Grupo 1: itens 2, 3 e 4; conforme disposto

s no termo de referência.

b) Grupo 2: itens 6, 7, 8 e 9, conforme dispostos no termo de referência.

6.5.1.1 Nos itens agrupados, a proposta deverá contemplar a totalidade dos itens integrantes do respectivo grupo, sendo o julgamento realizado de forma global, observados os valores unitários e o valor total ofertado para o lote/grupo. O participante deve ofertar proposta a todos os itens que fazem parte do lote/grupo, sob pena de desclassificação da proposta.

6.5.1.2 Nos itens unitários, o julgamento será realizado de forma autônoma e independente, por item, sagrando-se vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, nos termos do critério de julgamento estabelecido no edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ **10,00 (dez reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e

fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha

poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido pela Administração, preferencialmente no formato digital.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte

somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento

dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: SEI. processo nº 01511020.000026/2025-61.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a

30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

Condições de entrega

12.1 O prazo de entrega dos bens é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, **em entrega única**.

12.2 A entrega dos bens deverá ser em dias úteis, no horário de expediente compreendido entre 08h às 12h, a ser realizada na sede do BPRED/PMRN, situado na Av. Antônio Basílio, 1850, Lagoa Nova, Natal - RN, 59052-000, e serão acompanhadas e fiscalizadas por representantes da CONTRATANTE, com vistas à verificação da conformidade dos bens com as especificações constantes neste instrumento e seus anexos;

12.3 A empresa deverá comunicar à CONTRATANTE, com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para

a entrega dos itens, nos telefones: 84 98137-2299 (Demandante) ou 84 98726-2553 (Gerente).

12.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Recebimento do objeto

12.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.7 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.8 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.10 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13 DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7 O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e, após o ateste, encaminhará ao gestor de contrato para ratificação (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III).

13.8 O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive o controle do saldo e da vigência, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º; Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II).

13.9 O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para que, dentro de prazo razoável, apresente manifestação e solução para o problema (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X).

13.10 O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas à sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II, do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

13.11 O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, contando com o apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, que o subsidiará com informações pertinentes às suas competências.

13.12 O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas à sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I, do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

13.13 O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

14 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1 Liquidação

14.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.1.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

14.1.3 A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I - verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- II - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.1.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.1.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

14.1.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.1.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

14.2 Prazo de pagamento

14.2.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

14.2.2 No caso de atraso pelo contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

14.3 Forma de pagamento

14.3.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.4 Cessão de crédito

14.4.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

14.4.2 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

14.4.3 A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela referida Instrução Normativa, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

14.4.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.4.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020).

14.4.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

15 DO REAJUSTE

15.1 Em caso de reajuste, será utilizado o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, amplamente reconhecido e aceito por instituições financeiras, órgãos públicos e pela sociedade em geral.

15.2 A adoção do IPCA como índice de reajuste visa assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que reflete a variação dos preços no mercado interno, garantindo que o valor a ser pago acompanhe a inflação e evitando perdas no poder de compra ao longo do tempo.

15.3 A aplicação do IPCA proporciona maior transparência, legitimidade e previsibilidade ao processo de reajuste, sendo o índice comumente utilizado em contratos administrativos, o que reforça sua adequação e confiabilidade nas aquisições públicas.

15.4 Os preços inicialmente contratados são **fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses**, contados da data do orçamento estimado, fixada em **10/07/2025**.

15.5 Após o interregno de 1 (um) ano, e **independentemente de solicitação do contratado**, os preços poderão ser reajustados pelo contratante, mediante aplicação do **índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma deixe de ser utilizado, será adotado, em substituição, aquele que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão, mediante termo aditivo, novo índice oficial que melhor reflita a variação dos custos relativos ao objeto contratado.

15.8 O reajuste será formalizado **por meio de apostilamento**, conforme previsto no art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dispensando a celebração de termo aditivo específico para essa finalidade.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **cplsesed@gmail.com, no assunto acusar o número do Pregão Eletrônico nº 90037/2026.**

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, bem como a apresentação da certidão atualizada do Cadastro Informativo de

17.2 A existência de registro ativo no CADIN constitui fator impeditivo para a celebração do contrato.

17.3 Cotas para Aprendizizes – RN Aprendiz

17.3.1 No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o licitante deverá comprovar o cumprimento da cota de aprendizizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 30.753/2021, alterado pelo Decreto nº 31.902/2022, equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados.

17.3.2 A comprovação de que trata o subitem anterior será realizada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizizes, com a devida ocultação dos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

17.3.3 A verificação da regularidade poderá ser realizada por meio do endereço eletrônico oficial:

<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

Maretânea Medeiros de Araújo

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **MARETANEA MEDEIROS DE ARAUJO, Pregoeiro(a)**, em 28/04/2026, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40724847** e o código CRC **607DE625**.

ANEXOS AO EDITAL



POLÍCIA MILITAR DO RN
Av. Rodrigues Alves, s/n, Quartel do Comando Geral da PMRN - Bairro Tirol, Natal/RN, CEP 59020- 200
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.pm.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 01511020.000026/2025-61

Documento de Formalização da Demanda PM - BPRED - P6 (SEI nº 38767523).

SETOR REQUISITANTE (Unidade/Setor/Depto.): Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência - BPRED da PMRN.

Instituição a ser beneficiada: Polícia Militar do RN.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente instrumento tem por objetivo a aquisição de equipamentos para implantação do Centro de Capacitação do Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência - BPRED da PMRN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MÉDIA DOS PREÇOS UNITÁRIOS	VALOR ESTIMADO DO LOTE
01	1	Notebook 15,6" Core i7, 16 GB RAM, 512 GB SSD e acessórios	44.90.52	8435	Unidade	30	R\$ 8.094,92	R\$ 242.847,60
02	2	Mesa modular	44.90.52	18699	Unidade	60	R\$ 900,99	R\$87.019,38
	3	Cadeira	44.90.52	331	Unidade	60	R\$ 450,00	
	4	Armário	44.90.52	15290	Unidade	6	R\$ 993,33	
03	5	Lousa interativa de 85"	44.90.52	17694	Unidade	2	R\$ 30.680,30	R\$ 61.360,60
04	6	Sistema de som	44.90.52	16191	Unidade	2	R\$1.137,83	R\$ 24.128,54
	7	Switch PoE	44.90.52	5522	Unidade	2	R\$ 3.905,18	
	8	Caixa de cabo de rede Ethernet LAN Cat5e RJ45	33.90.39	208	Unidade	12	R\$ 869,06	
	9	No-break Senoidal	44.90.52	7068	Unidade	4	R\$903,45	
05	10	Ar-condicionado 30.000 BTUs com instalação	44.90.52	13768	Unidade	4	R\$ 8.286,81	R\$ 33.147,24
Valor total da contratação								R\$ 448.503,36

Tabela 1

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Na presente contratação se aplicará a Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, conforme razões constantes e justificadas no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa à aquisição de equipamentos e mobiliário para estruturação do Centro de

Capacitação do Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência (BPRED/PMRN), com a finalidade de atender à demanda crescente por qualificação técnica, operacional e continuada dos policiais militares que integram os programas institucionais desenvolvidos por esta unidade especializada.

O BPRED/PMRN atua de forma articulada em três frentes principais: Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), Policiamento Escolar e Patrulha Maria da Penha. Essas modalidades demandam capacitação específica, atualizada e contínua, a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos operacionais relacionados à prevenção da violência nas escolas, ao enfrentamento à violência doméstica e à repressão qualificada ao uso e tráfico de drogas.

Atualmente, a unidade não dispõe de estrutura física e tecnológica adequada para ministrar cursos, oficinas e treinamentos de forma sistemática. A inexistência de espaço equipado com computadores, mobiliário, sistema audiovisual e climatização compromete a execução das atividades formativas, especialmente aquelas que exigem o uso de ferramentas digitais, softwares específicos e acesso remoto a materiais pedagógicos.

Dessa forma, a contratação ora proposta busca viabilizar a implementação de um espaço de capacitação com os recursos mínimos necessários ao funcionamento adequado: estações de trabalho (notebooks, mesas e cadeiras), dispositivos de suporte à conectividade e energia (switch PoE, cabos de rede e no-breaks), recursos de apoio didático (lousas interativas e sistema de som), mobiliário de apoio (armários), além de climatização do ambiente (aparelhos de ar-condicionado).

Tais recursos permitirão a realização de cursos presenciais e híbridos, o desenvolvimento de capacitações operacionais com suporte multimídia e o aprimoramento contínuo das competências técnicas dos profissionais, inclusive daqueles lotados em regiões interioranas. A medida também está alinhada às diretrizes nacionais de modernização das forças de segurança pública e de valorização dos profissionais de segurança, conforme preconizado na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Portanto, a contratação é necessária para garantir condições materiais mínimas para a qualificação profissional dos policiais militares do BPRED/PMRN, promovendo maior eficiência institucional e contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS E REQUISITOS BÁSICOS:

3.1. **NOTEBOOK**

- **Processador (CPU):** Intel Core i7 de 13ª geração, com 14 núcleos, 20 threads e cache de 24 MB. (Ou superior e mais atual)
- **Memória RAM:** 16 GB DDR5, com frequência mínima de 4800 MHz, expansível até 32 GB, distribuída em dois slots (2x8 GB). (Ou superior)
- **Armazenamento:** Unidade SSD NVMe M.2 de 512 GB, com suporte a expansão via slot adicional. (Ou superior)
- **Placa de Vídeo Dedicada:** GPU dedicada com 6 GB GDDR6 ou superior.
- **Tela:** 15,6 polegadas, resolução Full HD (1920 x 1080) ou superior.
 - Taxa de atualização de 120 Hz ou superior.
 - Brilho de 250 nits ou superior.
 - Revestimento antirreflexo.
- **Teclado:** Layout ABNT2, com todos os caracteres da língua portuguesa, com teclado numérico.
- **Conectividade:**
 - Wi-Fi 6 (802.11ax) ou mais atual.
 - Bluetooth 5.2 ou mais atual.
- **Portas (mínimo):**
 - 2x USB 3.2 Gen Type-A.
 - 1x USB-C 3.2 Gen 2 com suporte a DisplayPort.
 - 1x HDMI 2.1 ou mais atual.
 - 1x RJ-45 (Ethernet Gigabit).
 - 1x Combo de áudio (fone/microfone).
- **Sistema Operacional:** Sistema Operacional Windows® 11 Pro – 64 bits, OEM em português, com sua respectiva licença de uso para cada unidade fornecida gravada na BIOS, ou Sistema Operacional Windows mais atual.
- **Bateria:** 3 células com capacidade de 56 Wh ou superior.
- **Carregador:** de 135 watts ou superior.
- **Mouse sem fio:** com conexão via Bluetooth ou via USB com compatibilidade com Windows.

GARANTIA MÍNIMA

No mínimo 12 (doze) meses para notebook e acessórios.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.2. **MESAS MODULARES ESCOLARES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:**

- **Formato:** Tampo com desenho trapezoidal, permitindo o encaixe entre unidades para formação de círculos, grupos e outras disposições colaborativas;
- **Altura:** 76 cm (padrão H6), adequada ao uso adulto em ambientes educacionais e de capacitação;
- **Dimensões aproximadas do tampo:** 72 cm de largura por 52 cm de profundidade;
- **Material do tampo:** MDF ou MDP com acabamento em laminado melamínico de baixa pressão (BP), resistente ao desgaste por uso contínuo, com bordas protegidas por fita em PVC arredondada;
- **Estrutura:** Base metálica tubular com pintura eletrostática a pó, equipada com sapatas niveladoras para estabilidade em diferentes tipos de piso;
- **Acabamento:** Cores neutras e compatíveis com ambientes de ensino, como branco, cinza, preto ou madeira clara, tanto no tampo quanto na estrutura;
- **Empilhamento:** Capacidade para empilhamento de ao menos 3 unidades, facilitando o armazenamento e reorganização do ambiente;
- **Montagem:** Produto entregue montado ou com kit de montagem e manual de instruções, conforme especificações do fornecedor.

3.3. **ARMARIO**

Estrutura e Dimensões

- Altura: mínima de 1,70 m.
- Largura: mínima de 70 cm e máxima de 100 cm.
- Profundidade: mínima de 40 cm.
- Estrutura fechada com 2 portas frontais de abrir.
- Pelo menos 4 prateleiras internas (formando no mínimo 5 nichos para organização).
- Capacidade mínima estimada por prateleira: armazenar com segurança ao menos 7 notebooks de tamanho padrão (até 15,6").

Material

- Corpo e prateleiras em MDF ou MDP de 15 mm a 18 mm de espessura.
- Acabamento em melamina (baixa pressão BP) ou pintura UV, com superfície lisa, resistente a riscos, umidade e fácil limpeza.
- Fundo do armário deve ser fechado.

Portas e Fechamento

- Portas com dobradiças metálicas.
- Sistema de fechamento com fechadura com chave (mínimo 1 ponto de travamento).
- Pegadores/puxadores embutidos ou em metal/plástico resistente.

Estabilidade e Suporte

- Base com 6 rodízios em gel mínimo de 50mm com Trava, para garantir estabilidade em pisos irregulares.
- Capacidade de carga: cada prateleira deve suportar no mínimo 18 kg distribuídos uniformemente.

Cor e Acabamento

- Cor: neutra (ex: branco, cinza, amadeirado claro ou nogueira).
- Acabamento homogêneo e sem imperfeições aparentes.

Montagem e Garantia

- Produto deve ser entregue montado ou com manual completo e todos os acessórios necessários para montagem.
- Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

3.4. **CADEIRAS ESCOLARES FIXAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:**

- **Altura do assento:** 46 cm (padrão H6), adequada para uso adulto em ambientes educacionais e de capacitação.

- **Dimensões aproximadas:** Largura de 46 cm e profundidade de 52 cm, proporcionando conforto e ergonomia ao usuário.
- **Estrutura:** Metálica tubular com pintura eletrostática a pó, garantindo resistência mecânica e proteção contra corrosão.
- **Assento e encosto:** Confeccionados em polipropileno injetado, com acabamento liso ou texturizado, disponíveis em cores variadas, como azul, cinza, preto, entre outras.
- **Empilhamento:** Capacidade de empilhamento de até 4 unidades, facilitando o armazenamento e a reorganização do ambiente.
- **Montagem:** Produto entregue montado ou com kit de montagem e manual de instruções, conforme especificações do fornecedor.

3.5. LOUSA DIGITAL INTERATIVA DE GRANDE FORMATO

Características mínimas funcionais e recursos de colaboração

- Suporte a **ferramentas colaborativas integradas**, como calculadora, relógio, anotações (post-its) e quadro branco digital;
- Possibilidade de **personalização da interface** e da barra de ferramentas conforme as preferências do usuário;
- Navegador Web integrado para acesso em tempo real a conteúdos durante apresentações e reuniões, com suporte à manipulação direta (arrastar e soltar);
- Suporte à instalação de aplicativos via loja oficial de apps, permitindo a expansão da funcionalidade com recursos educacionais e produtivos;
- Sistema operacional embarcado baseado em **plataforma Android**, versão 8.0 ou superior;
- **Conectividade Bluetooth** com periféricos como mouse, teclado, caixas de som e outros dispositivos compatíveis.

Especificações de Tela e Exibição

- Tamanho mínimo da tela: **85 polegadas**
- Resolução nativa: **3840 x 2160 (4K UHD)**
- Tecnologia do painel: **IPS ou superior**, com ângulo de visão mínimo de **178°**
- Brilho típico: **mínimo de 390 cd/m²**
- Contraste: **mínimo de 1.200:1**
- Tempo de resposta: **máximo de 10 ms**
- Suporte a pelo menos **1.07 bilhões de cores (10 bits)**
- Tratamento antirreflexo com camada de vidro protetora de, no mínimo, **3 mm**
- Vida útil estimada da tela: **mínimo de 50.000 horas**

Requisitos de Interatividade

- Tecnologia de toque por infravermelho ou tecnologia equivalente;
- Suporte a pelo menos **20 toques simultâneos**
- Precisão mínima: **± 1 mm**
- Tempo de resposta ao toque: **≤ 5 ms**
- Compatibilidade com os sistemas operacionais: **Windows, Linux, MacOS e Android**
- Reconhecimento de objetos com diâmetro mínimo de **2 mm**

Conectividade e Interfaces

- Mínimo de:
 - 3 entradas HDMI com suporte a HDCP 2.2
 - 1 entrada VGA (RGB)
 - 1 entrada de áudio
 - 1 porta USB Tipo-C com suporte a USB-PD e DP-Alt
 - 4 portas USB 3.0 Tipo A
 - 1 porta USB 2.0 Tipo A
 - 2 portas USB para função de toque
 - 1 saída HDMI
 - 1 saída de áudio óptica

- 2 portas RJ45 (LAN)
- 1 interface RS232C
- Conectividade sem fio via **Wi-Fi (padrão Wi-Fi 6) e Bluetooth 5.0**

Áudio

- Alto-falantes integrados com potência mínima de **15W RMS cada (estéreo)**

Desempenho e Hardware Integrado

- Processador Quad-Core (arquitetura ARM Cortex-A55 ou equivalente)
- GPU equivalente a Mali-G52MP2
- Memória RAM mínima: **8 GB**
- Armazenamento interno mínimo: **64 GB**

Montagem e Dimensões

- Compatível com padrão de montagem **VESA 800x600 mm**
- Acompanha suporte de parede ou pedestal, controle remoto, canetas interativas, cabos de energia, USB e HDMI, além de manual e guia rápido

Eficiência Energética e Certificações

- Fonte de alimentação interna bivolt (100-240V / 50-60 Hz)
- Certificações de segurança e eficiência energética nacional e/ou internacional (ex.: FCC Classe A, CE, Energy Star, etc.)

Garantia e Suporte:

- Garantia mínima de 1 ano.
- Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado no Brasil.

3.6. **SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL COM 48 PORTAS**

Características Gerais:

- Tipo: Switch gerenciável de camada 2 ou superior.
- Quantidade de portas: Mínimo de 48 portas RJ-45 10/100/1000 Mbps.
- Portas adicionais: Mínimo de 4 portas SFP ou SFP+ para uplink.
- Capacidade de comutação: Igual ou superior a 104 Gbps.
- Taxa de encaminhamento: Igual ou superior a 77 Mpps.
- Gerenciamento: Suporte a gerenciamento via interface web, SNMP ou software dedicado.
- Montagem: Compatível com montagem em rack padrão 19".

Recursos Mínimos de Gerenciamento e Segurança:

- Suporte a VLANs (IEEE 802.1Q).
- Controle de tempestade de broadcast/multicast.
- Agregação de links (LACP).
- Espelhamento de portas.
- Controle de acesso baseado em MAC e/ou 802.1X.
- QoS para priorização de tráfego.
- Gerenciamento de energia eficiente (EEE – Energy Efficient Ethernet).

Desempenho e Capacidade:

- Tabela de endereços MAC: Capacidade para armazenar, no mínimo, 16.000 endereços.
- Buffer de pacotes: Mínimo de 1,5 MB.
- Latência: Inferior a 5 microsegundos para tráfego de 1000 Mbps.

Alimentação e Consumo:

- Fonte de alimentação interna bivolt (100-240V AC, 50/60 Hz).
- Consumo máximo de energia: Até 150W.
- Eficiência energética: Conformidade com padrões internacionais de eficiência energética.

Ambiente Operacional:

- Temperatura de operação: 0°C a 40°C.
- Umidade relativa: 10% a 90% sem condensação.

Certificações e Conformidades:

- Certificações: CE, FCC, Anatel ou equivalentes.
- Conformidade com normas de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética.

Garantia e Suporte:

- Garantia mínima de 1 ano.
- Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado no Brasil.

3.7. NO-BREAK SENOIDAL

Potência e Forma de Onda

- Potência nominal: **1200VA**
- Forma de onda de saída: **senoidal pura**

Entrada e Saída

- Tensão de entrada: **bivolt automático 115V / 220V**
- Tensão de saída: **115V ou 220V (selecionável manualmente por chave comutadora)**
- Frequência de rede: **50Hz ou 60Hz (+/-5%) com detecção automática**
- Faixa de operação da entrada:
 - 115V: **91V a 143V**
 - 220V: **174V a 272V**
- Tempo de transferência para o inversor: **máximo de 1 ms**
- Fator de potência de saída: **mínimo de 0,5**

Bateria e Autonomia

- 1 bateria interna selada de **12V / 7Ah (AGM/VRLA)**
- Conector de engate rápido para **expansão com bateria externa (ex: 12V/45Ah)**
- Autonomia média: **30 minutos** com 1 PC on board + 1 monitor LCD 15,6"
- Carregador de bateria inteligente
- Proteção contra descarga total da bateria

Conectividade e Indicadores

- Comunicação inteligente via **USB** (cabo tipo AB não incluso)
- Indicadores visuais por **LEDs** para status da rede e bateria
- Alarme sonoro para eventos como falta de energia e sobrecarga
- Função mute inteligente (silencioso com avisos apenas quando necessário)

Proteções e Segurança

- Proteção contra:
 - Sobrecarga na saída com sinalização
 - Sub e sobretensão AC
 - Curto-circuito nas tomadas de saída
 - Sobreaquecimento do inversor e transformador
- Desligamento automático ao final da autonomia
- Estabilizador interno e filtro de linha integrados
- Fusível de proteção externo com unidade reserva
- Função blecaute (pode ser ligado sem energia da rede)

Construção e Recursos Internos

- Tecnologia SMD
- Microprocessador CISC / FLASH

- Inversor sincronizado com a rede elétrica
- Medições em **true-RMS** para tensão de entrada e saída, corrente de carga e bateria
- Frequência de amostragem: **7680 Hz**
- Circuito desmagnetizador
- Gabinete em **plástico ABS resistente**

Estrutura Física

- 6 tomadas de saída no padrão NBR 14136 (2P+T - 10A)
- Dimensões e peso compatíveis com modelos padrão 1200VA

Garantia e Suporte:

- Garantia mínima de 1 ano.
- Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado no Brasil.

3.8. **CAIXA DE CABO DE REDE ETHERNET LAN CAT5E RJ45**

Categoria mínima: CAT5e (Categoria 5e)

- Tipo de cabo: **U/UTP** (Unshielded Twisted Pair - par trançado sem blindagem)
- Padrão: **ANSI/TIA-568-C.2**
- Tipo de aplicação: **Ethernet LAN 10/100/1000 Mbps (Gigabit Ethernet)**

Garantia

- Garantia mínima de **12 meses** contra defeitos de fabricação

Embalagem

- Comprimento da bobina: **305 metros contínuos**
- Embalagem em caixa tipo **Easy Box** ou similar, que permita retirada facilitada do cabo sem embolamento
- Deve conter identificação clara da metragem e lote de fabricação

Aplicações

- Indicado para redes estruturadas de telecomunicações para tráfego de voz, dados e imagens
- Uso interno em ambientes residenciais, comerciais ou corporativos

Normas e Certificações

- Compatível com as normas: **ANSI/TIA-568.2-D, ISO/IEC 11801, NBR 14565**
- Produto com conformidade **RoHS (livre de substâncias perigosas)**
- Deve possuir **certificação Anatel válida** (homologação obrigatória para uso no Brasil)

Desempenho

- Frequência de operação: **até 100 MHz**
- Capacidade de transmissão: **Gigabit Ethernet (até 1000 Mbps)**
- Impedância característica: **100 ohms ±15%**
- Atenuação e NEXT (diafonia) compatíveis com CAT5e conforme normas internacionais
- Identificação contínua do fabricante e categoria impressa na capa externa
- Número de pares: **4 pares trançados**
- Revestimento externo: **CMX (ou superior), em PVC antichama**
- Diâmetro externo típico: aproximadamente 5,0 mm
- Cor da capa externa: **cinza ou azul**

Condutores

- Composição: **Condutores sólidos de cobre puro (100%)**
- Bitola mínima: **24 AWG**
- Resistência elétrica: Conforme norma ANSI/TIA-568-C.2
- Isolamento individual dos condutores em polietileno sólido

- **Configuração de Canais:** Sistema de áudio 2.1 canais, composto por uma soundbar estéreo e um subwoofer sem fio, proporcionando uma experiência sonora imersiva.
- **Potência de Saída:** Potência total mínima de 110W RMS, distribuída entre a soundbar (2 x 25W RMS) e o subwoofer (60W RMS), garantindo áudio claro e graves profundos.
- **Resposta de Frequência:** Faixa de frequência de 40 Hz a 20 kHz, cobrindo desde os graves mais profundos até os agudos mais altos, para uma reprodução sonora equilibrada.
- **Conectividade:** Múltiplas opções de conexão, incluindo Bluetooth (versão 5.3 ou superior), HDMI ARC (versão 1.4 ou superior), entrada óptica e porta USB tipo A para reprodução de arquivos MP3 e atualizações de firmware.
- **Subwoofer Sem Fio:** Subwoofer de 6,5 polegadas com conectividade sem fio, permitindo flexibilidade na disposição do ambiente sem comprometer a qualidade dos graves.
- **Modos de Áudio:** Disponibilidade de pelo menos três modos de som pré-definidos (Cine, Música e Notícias), adaptando-se ao conteúdo reproduzido para uma melhor experiência auditiva.
- **Controle Remoto:** Inclusão de controle remoto para facilitar o ajuste de volume, seleção de modos de som e controle das fontes de entrada.
- **Instalação:** Acompanhado de kit de montagem para instalação em parede, oferecendo opções versáteis de posicionamento conforme o ambiente.
- **Alimentação:** Fonte de alimentação bivolt automática (100-240V~ 50/60Hz), com consumo em modo standby inferior a 0,5W, promovendo eficiência energética.
- **Garantia e Suporte:**
 - Garantia mínima de 1 ano.
 - Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado no Brasil.

3.10. **AR-CONDICIONADO - 30.000 BTUs com instalação**

Capacidade Mínima e Ciclo

- Capacidade de Refrigeração: 30.000 BTUs/h.

Eficiência Energética

- Classificação INMETRO: Mínimo Classe "A".

Tecnologia do Compressor

- Tipo: Inverter ou On/Off.
- Gás Refrigerante de acordo com o fabricante.
- Material da Serpentina: Cobre.

Alimentação Elétrica

- Tensão: 220V.

Níveis de Ruído

- Unidade Interna (Evaporadora): Máximo de 55 dB(A).
- Unidade Externa (Condensadora): Máximo de 60 dB(A).

Recursos Adicionais

- Modos de Operação: Refrigeração, Ventilação, Desumidificação, Automático, Sleep, Turbo.
- Controle de Direcionamento de Ar: Automático vertical e horizontal.
- Filtro de Ar: Anti-bactéria e anti-pó.
- Funções Inteligentes: Timer, Memória, Auto Clean, Siga-me.
- Conectividade: Wi-Fi integrado para controle remoto via aplicativo.
- Compatibilidade com Assistentes Virtuais: Google Assistente e Alexa.
- Controle remoto com visor digital e funcionalidades de programação. Incluindo pilhas e suporte de parede.

Certificações obrigatórias:

- Produto com Selo Procel e registro no INMETRO.

Instalação completa dos equipamentos de ar-condicionado

- A instalação deverá ser completa e funcional, incluindo o fornecimento e aplicação dos seguintes itens por

unidade:

- No mínimo 3 (três) metros de tubulação em cobre com isolamento térmico adequado;
- Cabo elétrico e interligação entre unidade interna (evaporadora) e externa (condensadora);
- Mangueira de dreno, com destino apropriado para o escoamento da água condensada;
- Suportes para a unidade condensadora e evaporadora, conforme especificações e normas vigentes da legislação.
- Todos os demais insumos necessários à instalação e pleno funcionamento dos equipamentos.
- Devem ser fornecidos suportes metálicos reforçados, confeccionados em aço galvanizado ou com tratamento anticorrosivo (pintura epóxi ou acabamento similar), compatíveis com o peso da unidade externa de 30.000 BTUs.
- Os suportes deverão suportar, no mínimo, 60 kg;
- Ter espaçamento e resistência adequados à ventilação e sustentação da unidade;
- Ser fixados com buchas e parafusos apropriados ao tipo de parede (concreto, alvenaria ou metálica);
- Garantir instalação nivelada e segura, permitindo fácil manutenção e dissipação térmica eficiente.
- Suporte ou Fixação para Unidade Evaporadora (Interna):
- A contratada deverá avaliar previamente as condições da estrutura onde os equipamentos serão instalados.
- Caso se constate a necessidade de reforço ou adaptação da estrutura, a empresa deverá comunicar formalmente à contratante e propor solução viável.
- Toda a instalação deverá obedecer às normas técnicas e boas práticas de engenharia, visando à segurança dos usuários, à longevidade do equipamento e à eficiência energética.
- A instalação deverá ser executada por empresa ou profissional especializado, com emissão de ART ou RRT, respeitando integralmente as normas técnicas da ABNT, especialmente a NBR 16401 (climatização) e a NBR 5410 (instalações elétricas), bem como os requisitos de segurança elétrica aplicáveis.
- A contratada deverá realizar o teste de funcionamento completo, emitindo termo de instalação, relatório de conformidade e fornecendo garantia mínima de 6 (seis) meses para o serviço prestado.
- Entrega do ambiente limpo e livre de resíduos.
- Manual do usuário, termo de instalação e certificado de garantia.

Garantia

- Mínimo de 12 meses para unidades interna e externa.

Desse modo, a aquisição dos bens descritos no item 5 deste Termo de Referência beneficiará de forma direta os policiais militares do BPRED/PMRN, além de impactar positivamente, de forma indireta, a população do Rio Grande do Norte. Essa aquisição possibilitará melhores condições para a realização de ações preventivas, educativas e operacionais, contribuindo para o aumento da sensação de segurança e para a redução dos índices de violência nas áreas atendidas.

A presente aquisição trará benefícios significativos à qualidade das condições de formação dos profissionais da segurança pública, promovendo ambientes climatizados, organizados e tecnicamente equipados para o desenvolvimento de atividades formativas, administrativas e operacionais.

A aquisição também se mostra viável do ponto de vista econômico e operacional, considerando a durabilidade dos materiais, a melhoria do desempenho das atividades administrativas e formativas, a conservação do patrimônio público e a otimização de recursos, além de contribuir para a valorização da força de trabalho policial e para a credibilidade das ações institucionais junto à comunidade.

Para esse tipo de objeto, o que se observou em levantamento de mercado é que a presente demanda deverá ser atendida por meio de processo licitatório, com ampla concorrência, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A compra dos itens deverá obedecer aos requisitos técnicos detalhados e especificados no edital, assegurando o atendimento pleno às necessidades da corporação e o cumprimento das normas legais vigentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 – SEAD/SEMJDH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

Sustentabilidade

4.2. O BPRED/PMRN ao promover a presente aquisição, observará os preceitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.3. Nesse sentido, como forma de comprar produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, as máquinas adquiridas devem ter Certificações Verdes (Os certificados verdes, também conhecidos como selos verdes ou eco-selos, referem-se a um mecanismo que tem por objetivo orientar os consumidores nas suas decisões. Isto porque esta certificação é responsável por garantir aos

clientes que determinada empresa promove a sustentabilidade e que possui uma gestão voltada para a proteção do meio ambiente. Convém mencionar que os certificados verdes possuem diversas categorias, como: eficiência energética, gestão de resíduos e biodiversidade, gestão da água, manejo florestal, entre outros).

4.4. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União - TCU orienta:

"(...) 19.2. Com efeito, é legítimo que a entidade deseje adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da compra, devendo fazer constar expressamente do processo de contratação motivação fundamentada que justifique a escolha dessas exigências."

"..." (Acórdão 1375/2015 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas, Boletim de Jurisprudência nº 84 do Tribunal de Contas da União).

4.5. Desta feita, a fim de adequar a aquisição às orientações do TCU, ainda de forma a dar cumprimento a norma acima posta, a Contratada deverá apresentar os seguintes critérios:

"Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

(...) II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

(...) § 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital."

4.6. Aliada as boas práticas relacionadas à sustentabilidade a Contratada deverá:

- Separar resíduos como papeis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT sobre resíduos sólidos;
- Separar e acondicionar as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em recipientes adequados para destinação específica, quando descartados;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, **em entrega única**.

5.2. A entrega dos bens deverá ser em dias úteis, no horário de expediente compreendido entre 08h às 12h, a ser realizada na sede do BPRED/PMRN, situado na Av. Antônio Basílio, 1850, Lagoa Nova, Natal - RN, 59052-000, e serão acompanhadas e fiscalizadas por representantes da CONTRATANTE, com vistas à verificação da conformidade dos bens com as especificações constantes neste instrumento e seus anexos;

5.3. A empresa deverá comunicar à CONTRATANTE, com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos itens, nos telefones: 84 98137-2299 (Demandante) ou 84 98726-2553 (Gerente).

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.4.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.4.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, conforme as normas técnicas específicas.

5.4.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens,

compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.4.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.4.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.4.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.4.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.4.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante, serão aplicadas as penalidades previstas no Edital.

5.4.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.4.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.4.14. A empresa fornecedora deverá dispor de meios para a abertura dos chamados técnicos, tais como: Telefone tipo 0800, site, e-mail, WhatsApp, ou software para abertura dos chamados técnicos.

5.4.15. A CONTRATADA deverá substituir definitivamente, por outro equipamento novo, de primeiro uso, com as mesmas especificações técnicas, ou superior, as do equipamento com defeito, no prazo máximo de até setenta e duas (72) horas, contado da notificação feita pela CONTRATANTE, o equipamento que durante a vigência da garantia for objeto de três (3) ocorrências da mesma natureza.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.5.2. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

6.5.3. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II)

6.5.4. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

6.5.5. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

6.6. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

6.6.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

6.7. O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10 % (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 8% (oito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 6 % (seis por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 2 % (dois por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os Endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. Natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 8.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de

habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.17. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

8.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.22. Em caso de reajuste, será utilizado o IPCA, porque é o índice oficial de inflação do Brasil, pois considera a realidade econômica do país. Utilizar o IPCA para o reajuste garante que o valor a ser pago acompanha a inflação, evitando perdas no poder de compra ao longo do tempo. Isso é especialmente importante em aquisições de bens duráveis, que podem ter seus preços impactados por variações inflacionárias. O IPCA é amplamente reconhecido e aceito por instituições financeiras, órgãos públicos e a sociedade em geral. Isso proporciona maior transparência e legitimidade ao processo de reajuste, facilitando a compreensão e aceitação por todas as partes envolvidas. Dessa forma, o IPCA é frequentemente utilizado em contratos e ajustes de preços em diversas esferas, o que reforça sua adequação e confiabilidade como índice para reajustes em aquisições públicas.

8.23. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/07/2025.

8.24. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.25. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.26. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.27. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

8.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.29. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.30. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela

execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

9.2. A proposta vencedora deverá ser elaborada com o prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha valio fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.dade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeiro

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.28.0.1. A exigência dos documentos elencados na Lei nº 14.133/21 é capaz de demonstrar a capacidade econômico-financeira das empresas licitantes, pois a documentação pertinente é suficiente a assegurar a execução integral do contrato. Via de regra, a qualificação econômico-financeira envolve a análise de indicadores financeiros, o histórico de crédito e a capacidade de sustentar os pagamentos. As condições relativas à qualificação econômico-financeira possibilitam à Administração Pública aferir as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato, buscando prevenir a participação de empresas aventureiras, que sem responsabilidade ou respaldo financeiro, possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuam capacidade para concluir o objeto da obrigação sem riscos excessivos.

9.28.0.2. Ressalte-se que quanto aos lotes destinados a participação exclusiva de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais, será exigida apenas a certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme Inciso II, art. 69 da Lei nº 14.133/2021, em razão do benefício que preconiza o art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de Novembro de 2020, a qual isenta a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, por se tratar de licitações destinadas a participação exclusiva de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais.

9.28.1. A justificativa para a exigência das documentações acima elencadas encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 38767581) da presente aquisição.

Qualificação Técnica

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, se o caso, em plena validade;

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.30.3. Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

9.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 9.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 9.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 9.31.7.1. No tocante à justificativa da inclusão do critério de qualificação técnica em uma contratação, é uma prática essencial para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços ou produtos contratados, assim como, a habilitação do licitante é verificada quanto ao aspecto jurídico, técnico, econômico-financeiro, fiscal e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. A capacidade técnico-profissional se refere pontualmente à comprovação de que a empresa possui, em seu quadro de pessoal, profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica que demonstre a efetiva execução de parcelas de maior relevância e valor significativo de obra ou serviços similares ao objeto licitado, que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, para não se ver frustrada e tornar prejudicada ato administrativo desejado. Por fim, as aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal. Porém, o enunciado constitucional já aufere que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão “ressalvados os casos especificados na legislação”. Desta feita, entende-se ser juridicamente possível que a Administração formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, sendo uma medida indispensável à garantia do cumprimento das obrigações pertinentes à execução do objeto.
- 9.31.7.2. Logo, a qualificação técnica busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação. Destarte, pelas razões supracitadas, pode-se inferir que é primordial a experiência das licitantes para a contratação em tela, pois tais critérios são objetivos e razoáveis para garantir a qualidade dos fornecimentos e serviços, visto que, ao estabelecer critérios claros de qualificação técnica, o processo de contratação promove uma competição mais justa entre os licitantes, favorecendo a seleção daqueles que realmente possuem a expertise necessária para atender às demandas.
- 9.31.8. A justificativa para a exigência das documentações acima elencadas encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 38767581) da presente aquisição.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 448.503,36 (quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e três reais e trinta e seis centavos) conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.
- 11.2. A dotação orçamentária deverá ser informada pela SESED em momento oportuno.

Natal-RN, na data da assinatura eletrônica.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Romão Inácio da Silva Júnior – Maj QOEM

Gerente

DO ACOLHIMENTO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

Alarico José Pessoa Azevedo Junior - Cel QOEM

Comandante Geral da PMRN

DA APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

APROVO o presente TERMO DE REFERÊNCIA, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta CONTRATAÇÃO, conforme subdelegação de competência contida no Art. 1º, inciso II da Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019.

Osmir de Oliveira Monte

Secretário de Estado Adjunto da Segurança pública e da Defesa Social (SESED/RN)



Documento assinado eletronicamente por **ROMAO INACIO DA SILVA JUNIOR, Major PM**, em 23/03/2026, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALARICO JOSE PESSOA AZEVEDO JUNIOR, Coronel PM**, em 23/03/2026, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE, Secretário de Estado Adjunto da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social**, em 23/03/2026, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38767605** e o código CRC **BDCA9464**.



POLÍCIA MILITAR DO RN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 01511020.000026/2025-61

Documento de Documento de Formalização da Demanda PM - BPRED - P6 (SEI nº 38767523)

SETOR REQUISITANTE: Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência - BPRED da PMRN.

INSTITUIÇÃO A SER BENEFICIADA: Polícia Militar do RN.

1. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A presente aquisição de equipamentos para a estruturação do Centro de Capacitação do Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência (BPRED/PMRN), tem como finalidade garantir condições adequadas para a capacitação continuada dos policiais militares que atuam diretamente na linha de frente das políticas públicas executadas por esta unidade especializada.

A atuação do BPRED, por meio de programas como o PROERD, o Policiamento Escolar e a Patrulha Maria da Penha, demanda preparo técnico contínuo, conhecimento multidisciplinar e domínio de tecnologias aplicadas à prevenção e repressão qualificada da violência. Para tanto, é imprescindível que o Centro de Capacitação da unidade seja dotado de infraestrutura adequada ao desenvolvimento de formações técnicas, treinamentos operacionais e atualizações periódicas.

A incorporação de tecnologias digitais ao Centro de Capacitação do BPRED/PMRN representa um investimento estratégico de duplo impacto: aprimora o processo formativo dos agentes e potencializa a eficácia operacional dos programas. A implementação de um ambiente de aprendizagem tecnologicamente equipado permitirá o estudo de ocorrências e o desenvolvimento de competências específicas. A familiarização dos agentes com essas tecnologias durante a formação resultará em respostas mais ágeis e eficazes nas situações reais de risco. Além disso, a infraestrutura tecnológica viabilizará a capacitação continuada em formato híbrido, ampliando o alcance territorial da formação e garantindo a atualização permanente dos protocolos de atendimento, inclusive para as equipes que atuam em regiões mais remotas do estado. Esse investimento está alinhado às diretrizes nacionais para o atendimento policial militar, que recomendam a modernização constante das estratégias de enfrentamento à violência de gênero e à violência no ambiente escolar.

A estruturação de um ambiente equipado para pesquisa aplicada permitirá o desenvolvimento de metodologias de intervenção adaptadas às especificidades territoriais e socioculturais do Rio Grande do Norte, a sistematização das experiências de campo e a avaliação contínua dos resultados das ações preventivas e repressivas. Isso possibilitará a construção de indicadores próprios de efetividade, a identificação de padrões locais de violência e o mapeamento de áreas de maior vulnerabilidade, subsidiando o planejamento operacional com base em evidências científicas. Centros de formação que incorporam a dimensão da pesquisa tendem a estabelecer protocolos de atendimento mais assertivos e culturalmente sensíveis, além de fortalecerem as redes de proteção por meio da produção e do compartilhamento de conhecimento interinstitucional. O investimento em equipamentos para o Centro de Capacitação do BPRED/PMRN representa, portanto, um compromisso com a qualificação permanente da política pública e com a construção de respostas cada vez mais eficazes ao grave cenário de violência enfrentado no estado.

Trata-se de uma medida estratégica para assegurar a eficácia da atuação policial, promover o aprimoramento técnico e operacional da tropa e reforçar o compromisso da Polícia Militar com a proteção da vida, a dignidade humana e a consolidação de uma cultura institucional pautada nos direitos humanos.

Ao garantir as condições materiais mínimas para a formação continuada, o Estado fortalece sua resposta às múltiplas formas de violência, amplia a capacidade de salvar vidas e reafirma o papel da segurança pública como instrumento de justiça e cidadania para a população do Rio Grande do Norte.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Notebook 15,6" Core i7, 16 GB RAM, 512 GB SSD e acessórios	44.90.52	8435	Unidade	30
2	Mesa modular	44.90.52	18699	Unidade	60
3	Cadeira	44.90.52	331	Unidade	60
4	Armário	44.90.52	15290	Unidade	6
5	Lousa interativa de 85"	44.90.52	17694	Unidade	2
6	Sistema de som	44.90.52	16191	Unidade	2
7	Switch PoE Gerenciável	44.90.52	5522	Unidade	2
8	Caixa de cabo de rede Ethernet LAN Cat5e RJ45	33.90.39	208	Unidade	12
9	No-break Senoidal	44.90.52	7068	Unidade	4
10	Ar-condicionado 30.000 BTUs com instalação	44.90.52	13768	Unidade	4

2. **ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante	Responsável
Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência - BPRED	Lígia Magnos de Paiva - TC QOEM

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 – SEAD/SEMJDH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

3.1.1. O prazo de entrega dos bens é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, **em entrega única**. A entrega deverá ser realizada na sede do BPRED/PMRN, situado na Av. Antônio Basílio, 1850, Lagoa Nova, Natal - RN, 59052-000, das 08 horas às 12 horas de segunda-feira à sexta-feira.

3.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.1.3. A empresa deverá comunicar à CONTRATANTE, com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos itens, nos telefones: 84 98137-2299 (Demandante) ou 84 98726-2553 (Gerente).

3.2. Os equipamentos supramencionados deverão atender aos requisitos presentes no Termo de Referência/Edital, nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências em especificação.

3.3. Certifica-se que o presente Estudo Técnico Preliminar está conforme instrumento de padronização disponibilizado pela Advocacia - Geral da União (AGU).

3.4. As pesquisas serão realizadas consoante à Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, a qual regulamenta a pesquisa de preços.

3.5. A referida IN será utilizada como referência, visto a ausência de Norma Estadual que discipline sobre a pesquisa de preços.

3.6. A empresa contratada deverá apresentar como requisito para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, com base na **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**, o seguinte:

3.6.1. Habilitação jurídica, qualificação técnica, econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

3.7. Da qualificação técnica

3.7.1. No tocante à justificativa da inclusão do critério de qualificação técnica em uma contratação, é uma prática essencial para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços ou produtos contratados, assim como, a habilitação do licitante é verificada quanto ao aspecto jurídico, técnico, econômico-financeiro, fiscal e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. A capacidade técnico-profissional se refere pontualmente à comprovação de que a empresa possui, em seu quadro de pessoal, profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica que demonstre a efetiva execução de parcelas de maior relevância e valor significativo de obra ou serviços similares ao objeto licitado, que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, para não se ver frustrada e tornar prejudicada ato administrativo desejado. Por fim, as aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal. Porém, o enunciado constitucional já aufere que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão “ressalvados os casos especificados na legislação”. Desta feita, entende-se ser juridicamente possível que a Administração formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, sendo uma medida indispensável à garantia do cumprimento das obrigações pertinentes à execução do objeto.

3.7.2. Logo, a qualificação técnica busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação. Destarte, pelas razões supracitadas, pode-se inferir que é primordial a experiência das licitantes para a contratação em tela, pois tais critérios são objetivos e razoáveis para garantir a qualidade dos fornecimentos e serviços, visto que, ao estabelecer critérios claros de qualificação técnica, o processo de contratação promove uma competição mais justa entre os licitantes, favorecendo a seleção daqueles que realmente possuem a expertise necessária para atender às demandas.

3.8. Da qualificação econômico-financeira

3.8.1. A exigência dos documentos elencados na Lei nº 14.133/21 é capaz de demonstrar a capacidade econômico-financeira das empresas licitantes, pois a documentação pertinente é suficiente a assegurar a execução integral do contrato. Via de regra, a qualificação econômico-financeira envolve a análise de indicadores financeiros, o histórico de crédito e a capacidade de sustentar os pagamentos. As condições relativas à qualificação econômico-financeira possibilitam à Administração Pública aferir as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato, buscando prevenir a participação de empresas aventureiras, que sem responsabilidade ou respaldo financeiro, possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuam capacidade para concluir o objeto da obrigação sem riscos excessivos.

3.8.2. Ressalte-se que quanto aos lotes destinados a participação exclusiva de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais, será exigida apenas a certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme Inciso II, art. 69 da Lei nº 14.133/2021, em razão do benefício que preconiza o art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de Novembro de 2020, a qual isenta a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, por se tratar de licitações destinadas a participação exclusiva de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais.

3.8.2.1. As documentações relativas às demais habilitações supracitadas no item 3.6.1 serão estabelecidas no Termo de Referência, alicerçado na LEI Nº 14.133/2021 .

3.9. Da exigência do Reajuste

3.9.1. Em caso de reajuste, será utilizado o IPCA, pois é o índice oficial de inflação do Brasil, pois considera a realidade econômica do país. Utilizar o IPCA para o reajuste garante que o valor a ser pago acompanha a inflação, evitando perdas no poder de compra ao longo do tempo. Isso é especialmente importante para serviços que podem ter seus preços impactados por variações inflacionárias.

3.9.2. O IPCA é amplamente reconhecido e aceito por instituições financeiras, órgãos públicos e a sociedade em geral. Isso proporciona maior transparência e legitimidade ao processo de reajuste, facilitando a compreensão e aceitação por todas as partes envolvidas.

3.9.3. Dessa forma, o IPCA é frequentemente utilizado em contratos e ajustes de preços em diversas esferas, o que reforça sua adequação e confiabilidade como índice para reajustes em aquisições públicas.

3.10. **Da classificação do objeto da contratação**

3.10.1. Bens e serviços comuns são aqueles que podem ser definidos por meio de especificações objetivas, que estabelecem o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado.

3.10.2. Características do conceito de bem e serviço comum:

a) disponibilidade no mercado próprio: o objeto está disponível para compra ou contratação a qualquer momento.

b) padronização: os atributos essenciais do objeto são pré-determinados, de forma objetiva e uniforme.

c) desnecessidade de peculiaridade para satisfação da Administração: o bem é apto a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins.

3.10.3. Portanto, o(s) bem(ns) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), visto que, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

3.11. **Da não Exigência da Garantia da Contratação**

3.11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo:

3.11.2. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

3.11.3. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas de cada lote, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

3.12. **Dos Critérios de Sustentabilidade**

3.13. O BPRED/PMRN ao promover a presente contratação, observará os preceitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Esses critérios abrangem dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais, assegurando que a contratação promova o desenvolvimento sustentável.

3.14. Com o foco na sustentabilidade visando diminuir a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá atender os requisitos previstos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.15. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União - TCU orienta:

"(...) 19.2. Com efeito, é legítimo que a entidade deseje adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da compra, devendo fazer constar expressamente do processo de contratação motivação fundamentada que justifique a escolha dessas exigências."

"..." (Acórdão 1375/2015 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas, Boletim de Jurisprudência nº 84 do Tribunal de Contas da União).

3.16. Desta feita, a fim de adequar a aquisição às orientações do TCU, ainda de forma a dar cumprimento a norma acima posta, a Contratada deverá apresentar os seguintes critérios:

"Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: (Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010)

(...) IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

(...) Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente."

3.17. Aliada as boas práticas relacionadas à sustentabilidade a Contratada deverá:

a) Separar resíduos como papeis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT sobre resíduos sólidos;

b) Separar e acondicionar as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em recipientes adequados para destinação específica, quando descartados;

c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

d) Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

e) Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

f) Garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável, respeitando os direitos trabalhistas e proporcionando remuneração justa.

g) Priorizar a contratação de fornecedores e colaboradores locais, estimulando o desenvolvimento econômico regional.

h) Incorporar soluções inovadoras que aumentem a eficiência dos processos e reduzam custos operacionais, alinhando-se às melhores práticas sustentáveis.

i) Implementar ações de reciclagem e descarte correto de equipamentos obsoletos, encaminhando-os para empresas especializadas em reciclagem de eletrônicos.

4. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

4.1. Como regra, a licitação e os contratos administrativos têm por objetivo a obtenção da solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração Pública. Desta forma, um dos requisitos para a realização dos contratos administrativos de prestação de serviços de natureza continuada é que sejam viáveis e vantajosos para a Administração Pública.

4.2. Em respeito ao que reza o Art. 44 da Nova Lei de Licitações (14.133/2021), quando da confecção do ETP - Estudo Técnico Preliminar, diante da possibilidade de Aquisição e Locação de bens, deve-se indicar a alternativa mais vantajosa à Administração Pública, conforme se vê, in verbis:

Art. 44. Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.

Diante disso, têm-se como cenários:

CENÁRIO 1	
ENTIDADE	Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência - BPRED/PMRN
DESCRIÇÃO	Aquisição de equipamentos para implantação do Centro de Capacitação do BPRED/PMRN
FORNECEDOR	Fornecedor externo
ANÁLISE DO CENÁRIO	O presente cenário tem por objetivo analisar a possibilidade de aquisição de equipamentos para implantação do Centro de Capacitação do BPRED/PMRN . De acordo com a demanda apresentada, esses equipamentos serão utilizados nas atividades do BPRED/PMRN, pois irão possibilitar conforto, atenderá as necessidades da Instituição, propiciará formação adequada e contínua. Assim, este cenário se torna viável.
Custo Total de Propriedade: Análise para o "Cenário 1"	
Foi realizada a cotação dos valores totais para a presente contratação, provando a viabilidade do cenário.	

CENÁRIO 2	
ENTIDADE	Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência - BPRED/PMRN
DESCRIÇÃO	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Locação de equipamentos para o Centro de Capacitação do BPRED/PMRN
FORNECEDOR	Fornecedor externo
ANÁLISE DO CENÁRIO	O presente cenário tem por objetivo analisar a possibilidade de contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Locação de equipamentos para o Centro de Capacitação do BPRED/PMRN . A análise desse cenário é a menos vantajosa para o BPRED/PMRN, pois se mostra inviável e a menos adequada para a solução da presente demanda, em razão do custo dessa contratação, como também, devido a vários fatores, dentre eles: suspensão do serviço de locação em casos de atraso de pagamento, depreciação dos equipamentos, como também, vale salientar que os recursos Fundo a Fundo não amparam a continuidade do serviço de locação, por ser contrato prorrogável e assim ultrapassa os anos orçamentários.
Custo Total de Propriedade: Análise para o "Cenário 2"	
Considera-se os custos e benefícios de locação dos equipamentos são inviáveis, diante dos motivos supracitados, do mesmo modo que, os recursos oriundos do Fundo a Fundo não se tratam de um serviço continuado.	

Avaliando os cenários supracitados, por se tratar de aquisição de equipamentos para equipar Centro de Capacitação do BPRED, e por serem itens disponíveis em ampla oferta no mercado nacional, portanto, conforme Art. 44, da Lei nº 14.133/21, considerando os custos e os benefícios da aquisição de bens, a melhor forma é utilizar como base o CENÁRIO 1.

4.3. **Da não reserva de cotas para ME e EPP**

É sabido que para as microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e aos microempreendedores individuais (MEI), e equiparados, há o estabelecimento de cota reserva 25% e de participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, conforme dispõem os arts. 42 e 44, da Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

Considerando o teor do Art. 42 que diz que os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei Complementar deverão realizar processo licitatório, cujos valores estimados sejam de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinado exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados para as contratações dos bens e serviços.

Considerando o Lote 01, apesar de possuir valor acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), esta Administração manifesta-se pela não aplicabilidade da reserva de cotas, em razão da padronização, que tem por objetivo assegurar maior uniformidade em aquisições, tomando em vista questões estéticas, técnicas ou de desempenho, nas quais se pretende igualar, standardizar e estabelecer modelos, sendo admitido sempre que for recomendável ou tecnicamente viável para o atingimento de contratações eficientes e econômicas da Administração Pública.

Contudo, no Art. 45 da referida Lei, manifesta a opção para não aplicar determinada cota destinada exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados para as contratações dos bens e serviços.

Art. 45. Não se aplica o disposto nos arts. 40 a 44, desta Lei Complementar, quando:
(...)
II - o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, desde que devidamente justificado;
Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do *caput* deste artigo, considera-se não vantajosa a contratação quando:
(...)
II - resultar em inconveniência operacional e técnica para a futura contratação;
(...)

Neste sentido, o princípio da padronização, insculpido no inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o qual deverá ser observado pela Administração sempre que possível, tem o fito de compatibilizar especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia. Vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

Sendo assim, é importante destacar que a padronização deve demonstrar-se vantajosa para a Administração Pública; vantajosidade esta que deverá ser evidenciada. Amiúde, as micro e pequenas empresas podem não possuir a estrutura ou capacidade técnica para atender a tais demandas, resultando em pregões com itens desertos, e quando há itens desertos e/ou fracassados nos pregões, haverá sempre a necessidade de retrabalho, com diversas demandas internas como: análises dos motivos da deserção, ajustes ou confecções de novos termos de referências, editais, novas pesquisas de preços, entre outros exigidos pela nova Lei de Licita. Não resta dúvidas que, todos esses novos procedimentos administrativos trarão morosidade nas aquisições inicialmente pretendidas.

Considerando o Lote 05, que trata de aquisição de Ares-condicionados 30.000 BTUs mais a instalação, cabe registrar que não foi encontrado nenhum fornecedor local que se enquadre como microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados perante a pesquisa de preço realizada. Deste modo, não foi possível constatar a existência de empresa local dentro dessa qualificação para aplicar a Lei nº 675/2020. Em vista desses aspectos, considerando os riscos presentes na presente compra, escolhe-se pela não aplicabilidade da referida cota, para não gerar riscos à licitação, bem como, restar deserta ou frustrada.

4.4. **Da exclusividade de cotas para ME e EPP**

Já em relação aos Lotes 02, 03 e 04, será aplicada o que versa o Art. 42.:

Os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei Complementar deverão realizar processo licitatório, cujos valores estimados sejam de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinado exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados para as contratações dos bens e serviços.

Cabe registrar que os lotes acima supracitados tiveram cotações estimadas abaixo do valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

4.5. **Da participação de Consórcios**

Nesta licitação será admitida a possibilidade de Consórcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133/21, para possibilitar o reforço da capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade do(s) objeto(s). O consórcio ainda enseja a participação de maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS E REQUISITOS BÁSICOS:**

5.2. **NOTEBOOK**

- **Processador (CPU):** Intel Core i7 de 13ª geração, com 14 núcleos, 20 threads e cache de 24 MB. (Ou superior e mais atual)
- **Memória RAM:** 16 GB DDR5, com frequência mínima de 4800 MHz, expansível até 32 GB, distribuída em dois slots (2x8 GB). (Ou superior)
- **Armazenamento:** Unidade SSD NVMe M.2 de 512 GB, com suporte a expansão via slot adicional. (Ou superior)
- **Placa de Vídeo Dedicada:** GPU dedicada com 6 GB GDDR6 ou superior.
- **Tela:** 15,6 polegadas, resolução Full HD (1920 x 1080) ou superior.
 - Taxa de atualização de 120 Hz ou superior.
 - Brilho de 250 nits ou superior.
 - Revestimento antirreflexo.
- **Teclado:** Layout ABNT2, com todos os caracteres da língua portuguesa, com teclado numérico.
- **Conectividade:**
 - Wi-Fi 6 (802.11ax) ou mais atual.
 - Bluetooth 5.2 ou mais atual.
- **Portas (mínimo):**
 - 2x USB 3.2 Gen Type-A.
 - 1x USB-C 3.2 Gen 2 com suporte a DisplayPort.
 - 1x HDMI 2.1 ou mais atual.
 - 1x RJ-45 (Ethernet Gigabit).
 - 1x Combo de áudio (fone/microfone).
- **Sistema Operacional:** Sistema Operacional Windows® 11 Pro – 64 bits, OEM em português, com sua respectiva licença de uso para cada unidade fornecida gravada na BIOS, ou Sistema Operacional Windows mais atual.
- **Bateria:** 3 células com capacidade de 56 Wh ou superior.
- **Carregador:** de 135 watts ou superior.

- **Mouse sem fio:** com conexão via Bluetooth ou via USB com compatibilidade com Windows.

GARANTIA MÍNIMA

No mínimo 12 (doze) meses para notebook e acessórios.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No mínimo 01 (um) centro de assistência técnica no Estado do Rio Grande do Norte.

5.3. **MESAS MODULARES ESCOLARES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:**

- **Formato:** Tampo com desenho trapezoidal, permitindo o encaixe entre unidades para formação de círculos, grupos e outras disposições colaborativas;
- **Altura:** 76 cm (padrão H6), adequada ao uso adulto em ambientes educacionais e de capacitação;
- **Dimensões aproximadas do tampo:** 72 cm de largura por 52 cm de profundidade;
- **Material do tampo:** MDF ou MDP com acabamento em laminado melamínico de baixa pressão (BP), resistente ao desgaste por uso contínuo, com bordas protegidas por fita em PVC arredondada;
- **Estrutura:** Base metálica tubular com pintura eletrostática a pó, equipada com sapatas niveladoras para estabilidade em diferentes tipos de piso;
- **Acabamento:** Cores neutras e compatíveis com ambientes de ensino, como branco, cinza, preto ou madeira clara, tanto no tampo quanto na estrutura;
- **Empilhamento:** Capacidade para empilhamento de ao menos 3 unidades, facilitando o armazenamento e reorganização do ambiente;
- **Montagem:** Produto entregue montado ou com kit de montagem e manual de instruções, conforme especificações do fornecedor.

5.4. **ARMARIO**

Estrutura e Dimensões

- Altura: mínima de 1,70 m.
- Largura: mínima de 70 cm e máxima de 100 cm.
- Profundidade: mínima de 40 cm.
- Estrutura fechada com 2 portas frontais de abrir.
- Pelo menos 4 prateleiras internas (formando no mínimo 5 nichos para organização).
- Capacidade mínima estimada por prateleira: armazenar com segurança ao menos 7 notebooks de tamanho padrão (até 15,6").

Material

- Corpo e prateleiras em MDF ou MDP de 15 mm a 18 mm de espessura.
- Acabamento em melamina (baixa pressão BP) ou pintura UV, com superfície lisa, resistente a riscos, umidade e fácil limpeza.
- Fundo do armário deve ser fechado.

Portas e Fechamento

- Portas com dobradiças metálicas.
- Sistema de fechamento com fechadura com chave (mínimo 1 ponto de travamento).
- Pegadores/puxadores embutidos ou em metal/plástico resistente.

Estabilidade e Suporte

- Base com 6 rodízios em gel mínimo de 50mm com Trava, para garantir estabilidade em pisos irregulares.
- Capacidade de carga: cada prateleira deve suportar no mínimo 18 kg distribuídos uniformemente.

Cor e Acabamento

- Cor: neutra (ex: branco, cinza, amadeirado claro ou nogueira).
- Acabamento homogêneo e sem imperfeições aparentes.

Montagem e Garantia

- Produto deve ser entregue montado ou com manual completo e todos os acessórios necessários para montagem.
- Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

5.5. **CADEIRAS ESCOLARES FIXAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:**

- **Altura do assento:** 46 cm (padrão H6), adequada para uso adulto em ambientes educacionais e de capacitação.
- **Dimensões aproximadas:** Largura de 46 cm e profundidade de 52 cm, proporcionando conforto e ergonomia ao

usuário.

- **Estrutura:** Metálica tubular com pintura eletrostática a pó, garantindo resistência mecânica e proteção contra corrosão.
- **Assento e encosto:** Confeccionados em polipropileno injetado, com acabamento liso ou texturizado, disponíveis em cores variadas, como azul, cinza, preto, entre outras.
- **Empilhamento:** Capacidade de empilhamento de até 4 unidades, facilitando o armazenamento e a reorganização do ambiente.
- **Montagem:** Produto entregue montado ou com kit de montagem e manual de instruções, conforme especificações do fornecedor.

5.6. LOUSA DIGITAL INTERATIVA DE GRANDE FORMATO

Características mínimas funcionais e recursos de colaboração

- Suporte a **ferramentas colaborativas integradas**, como calculadora, relógio, anotações (post-its) e quadro branco digital;
- Possibilidade de **personalização da interface** e da barra de ferramentas conforme as preferências do usuário;
- Navegador Web integrado para acesso em tempo real a conteúdos durante apresentações e reuniões, com suporte à manipulação direta (arrastar e soltar);
- Suporte à instalação de aplicativos via loja oficial de apps, permitindo a expansão da funcionalidade com recursos educacionais e produtivos;
- Sistema operacional embarcado baseado em **plataforma Android**, versão 8.0 ou superior;
- **Conectividade Bluetooth** com periféricos como mouse, teclado, caixas de som e outros dispositivos compatíveis.

Especificações de Tela e Exibição

- Tamanho mínimo da tela: **85 polegadas**
- Resolução nativa: **3840 x 2160 (4K UHD)**
- Tecnologia do painel: **IPS ou superior**, com ângulo de visão mínimo de **178°**
- Brilho típico: **mínimo de 390 cd/m²**
- Contraste: **mínimo de 1.200:1**
- Tempo de resposta: **máximo de 10 ms**
- Suporte a pelo menos **1.07 bilhões de cores (10 bits)**
- Tratamento antirreflexo com camada de vidro protetora de, no mínimo, **3 mm**
- Vida útil estimada da tela: **mínimo de 50.000 horas**

Requisitos de Interatividade

- Tecnologia de toque por infravermelho ou tecnologia equivalente;
- Suporte a pelo menos **20 toques simultâneos**
- Precisão mínima: **± 1 mm**
- Tempo de resposta ao toque: **≤ 5 ms**
- Compatibilidade com os sistemas operacionais: **Windows, Linux, MacOS e Android**
- Reconhecimento de objetos com diâmetro mínimo de **2 mm**

Conectividade e Interfaces

- Mínimo de:
 - 3 entradas HDMI com suporte a HDCP 2.2
 - 1 entrada VGA (RGB)
 - 1 entrada de áudio
 - 1 porta USB Tipo-C com suporte a USB-PD e DP-Alt
 - 4 portas USB 3.0 Tipo A
 - 1 porta USB 2.0 Tipo A
 - 2 portas USB para função de toque
 - 1 saída HDMI
 - 1 saída de áudio óptica
 - 2 portas RJ45 (LAN)
 - 1 interface RS232C
- Conectividade sem fio via **Wi-Fi (padrão Wi-Fi 6) e Bluetooth 5.0**

Áudio

- Alto-falantes integrados com potência mínima de **15W RMS cada (estéreo)**

Desempenho e Hardware Integrado

- Processador Quad-Core (arquitetura ARM Cortex-A55 ou equivalente)
- GPU equivalente a Mali-G52MP2
- Memória RAM mínima: **8 GB**
- Armazenamento interno mínimo: **64 GB**

Montagem e Dimensões

- Compatível com padrão de montagem **VESA 800x600 mm**
- Acompanha suporte de parede ou pedestal, controle remoto, canetas interativas, cabos de energia, USB e HDMI, além de manual e guia rápido

Eficiência Energética e Certificações

- Fonte de alimentação interna bivolt (100-240V / 50-60 Hz)
- Certificações de segurança e eficiência energética nacional e/ou internacional (ex.: FCC Classe A, CE, Energy Star, etc.)

Garantia e Suporte:

- Garantia mínima de 1 ano.
- Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado no Brasil.

5.7. **SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL COM 48 PORTAS**

Características Gerais:

- Tipo: Switch gerenciável de camada 2 ou superior.
- Quantidade de portas: Mínimo de 48 portas RJ-45 10/100/1000 Mbps.
- Portas adicionais: Mínimo de 4 portas SFP ou SFP+ para uplink.
- Capacidade de comutação: Igual ou superior a 104 Gbps.
- Taxa de encaminhamento: Igual ou superior a 77 Mpps.
- Gerenciamento: Suporte a gerenciamento via interface web, SNMP ou software dedicado.
- Montagem: Compatível com montagem em rack padrão 19".

Recursos Mínimos de Gerenciamento e Segurança:

- Suporte a VLANs (IEEE 802.1Q).
- Controle de tempestade de broadcast/multicast.
- Agregação de links (LACP).
- Espelhamento de portas.
- Controle de acesso baseado em MAC e/ou 802.1X.
- QoS para priorização de tráfego.
- Gerenciamento de energia eficiente (EEE - Energy Efficient Ethernet).

Desempenho e Capacidade:

- Tabela de endereços MAC: Capacidade para armazenar, no mínimo, 16.000 endereços.
- Buffer de pacotes: Mínimo de 1,5 MB.
- Latência: Inferior a 5 microsegundos para tráfego de 1000 Mbps.

Alimentação e Consumo:

- Fonte de alimentação interna bivolt (100-240V AC, 50/60 Hz).
- Consumo máximo de energia: Até 150W.
- Eficiência energética: Conformidade com padrões internacionais de eficiência energética.

Ambiente Operacional:

- Temperatura de operação: 0°C a 40°C.
- Umidade relativa: 10% a 90% sem condensação.

Certificações e Conformidades:

- Certificações: CE, FCC, Anatel ou equivalentes.
- Conformidade com normas de segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética.

Garantia e Suporte:

- Garantia mínima de 1 ano.

- Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado no Brasil.

5.8. **NO-BREAK SENOIDAL**

Potência e Forma de Onda

- Potência nominal: **1200VA**
- Forma de onda de saída: **senoidal pura**

Entrada e Saída

- Tensão de entrada: **bivolt automático 115V / 220V**
- Tensão de saída: **115V ou 220V (selecionável manualmente por chave comutadora)**
- Frequência de rede: **50Hz ou 60Hz (+/-5%) com detecção automática**
- Faixa de operação da entrada:
 - 115V: **91V a 143V**
 - 220V: **174V a 272V**
- Tempo de transferência para o inversor: **máximo de 1 ms**
- Fator de potência de saída: **mínimo de 0,5**

Bateria e Autonomia

- 1 bateria interna selada de **12V / 7Ah (AGM/VRLA)**
- Conector de engate rápido para **expansão com bateria externa (ex: 12V/45Ah)**
- Autonomia média: **30 minutos** com 1 PC on board + 1 monitor LCD 15,6"
- Carregador de bateria inteligente
- Proteção contra descarga total da bateria

Conectividade e Indicadores

- Comunicação inteligente via **USB** (cabos tipo AB não incluso)
- Indicadores visuais por **LEDs** para status da rede e bateria
- Alarme sonoro para eventos como falta de energia e sobrecarga
- Função mute inteligente (silencioso com avisos apenas quando necessário)

Proteções e Segurança

- Proteção contra:
 - Sobrecarga na saída com sinalização
 - Sub e sobretensão AC
 - Curto-circuito nas tomadas de saída
 - Sobreaquecimento do inversor e transformador
- Desligamento automático ao final da autonomia
- Estabilizador interno e filtro de linha integrados
- Fusível de proteção externo com unidade reserva
- Função blecaute (pode ser ligado sem energia da rede)

Construção e Recursos Internos

- Tecnologia SMD
- Microprocessador CISC / FLASH
- Inversor sincronizado com a rede elétrica
- Medições em **true-RMS** para tensão de entrada e saída, corrente de carga e bateria
- Frequência de amostragem: **7680 Hz**
- Circuito desmagnetizador
- Gabinete em **plástico ABS resistente**

Estrutura Física

- 6 tomadas de saída no padrão NBR 14136 (2P+T - 10A)
- Dimensões e peso compatíveis com modelos padrão 1200VA

Garantia e Suporte:

- Garantia mínima de 1 ano.
- Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado no Brasil.

5.9. **CAIXA DE CABO DE REDE ETHERNET LAN CAT5E RJ45**

Categoria mínima: CAT5e (Categoria 5e)

- Tipo de cabo: **U/UTP** (Unshielded Twisted Pair – par trançado sem blindagem)
- Padrão: **ANSI/TIA-568-C.2**
- Tipo de aplicação: **Ethernet LAN 10/100/1000 Mbps (Gigabit Ethernet)**

Garantia

- Garantia mínima de **12 meses** contra defeitos de fabricação

Embalagem

- Comprimento da bobina: **305 metros contínuos**
- Embalagem em caixa tipo **Easy Box** ou similar, que permita retirada facilitada do cabo sem embolamento
- Deve conter identificação clara da metragem e lote de fabricação

Aplicações

- Indicado para redes estruturadas de telecomunicações para tráfego de voz, dados e imagens
- Uso interno em ambientes residenciais, comerciais ou corporativos

Normas e Certificações

- Compatível com as normas: **ANSI/TIA-568.2-D, ISO/IEC 11801, NBR 14565**
- Produto com conformidade **RoHS (livre de substâncias perigosas)**
- Deve possuir **certificação Anatel válida** (homologação obrigatória para uso no Brasil)

Desempenho

- Frequência de operação: **até 100 MHz**
- Capacidade de transmissão: **Gigabit Ethernet (até 1000 Mbps)**
- Impedância característica: **100 ohms ±15%**
- Atenuação e NEXT (diafonia) compatíveis com CAT5e conforme normas internacionais
- Identificação contínua do fabricante e categoria impressa na capa externa
- Número de pares: **4 pares trançados**
- Revestimento externo: **CMX (ou superior), em PVC antichama**
- Diâmetro externo típico: aproximadamente 5,0 mm
- Cor da capa externa: **cinza ou azul**

Condutores

- Composição: **Condutores sólidos de cobre puro (100%)**
- Bitola mínima: **24 AWG**
- Resistência elétrica: Conforme norma ANSI/TIA-568-C.2
- Isolamento individual dos condutores em polietileno sólido

5.10. **SISTEMA DE SOM**

- **Configuração de Canais:** Sistema de áudio 2.1 canais, composto por uma soundbar estéreo e um subwoofer sem fio, proporcionando uma experiência sonora imersiva.
- **Potência de Saída:** Potência total mínima de 110W RMS, distribuída entre a soundbar (2 x 25W RMS) e o subwoofer (60W RMS), garantindo áudio claro e graves profundos.
- **Resposta de Frequência:** Faixa de frequência de 40 Hz a 20 kHz, cobrindo desde os graves mais profundos até os agudos mais altos, para uma reprodução sonora equilibrada.
- **Conectividade:** Múltiplas opções de conexão, incluindo Bluetooth (versão 5.3 ou superior), HDMI ARC (versão 1.4 ou superior), entrada óptica e porta USB tipo A para reprodução de arquivos MP3 e atualizações de firmware.
- **Subwoofer Sem Fio:** Subwoofer de 6,5 polegadas com conectividade sem fio, permitindo flexibilidade na disposição do ambiente sem comprometer a qualidade dos graves.
- **Modos de Áudio:** Disponibilidade de pelo menos três modos de som pré-definidos (Cine, Música e Notícias), adaptando-se ao conteúdo reproduzido para uma melhor experiência auditiva.
- **Controle Remoto:** Inclusão de controle remoto para facilitar o ajuste de volume, seleção de modos de som e controle das fontes de entrada.
- **Instalação:** Acompanhado de kit de montagem para instalação em parede, oferecendo opções versáteis de posicionamento conforme o ambiente.
- **Alimentação:** Fonte de alimentação bivolt automática (100-240V~ 50/60Hz), com consumo em modo standby

inferior a 0,5W, promovendo eficiência energética.

- **Garantia e Suporte:**

- Garantia mínima de 1 ano.
- Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado no Brasil.

5.11. **AR-CONDICIONADO - 30.000 BTUs com instalação**

Capacidade Mínima e Ciclo

- Capacidade de Refrigeração: 30.000 BTUs/h.

Eficiência Energética

- Classificação INMETRO: Mínimo Classe "A".

Tecnologia do Compressor

- Tipo: Inverter ou On/Off.
- Gás Refrigerante de acordo com o fabricante.
- Material da Serpentina: Cobre.

Alimentação Elétrica

- Tensão: 220V.

Níveis de Ruído

- Unidade Interna (Evaporadora): Máximo de 55 dB(A).
- Unidade Externa (Condensadora): Máximo de 60 dB(A).

Recursos Adicionais

- Modos de Operação: Refrigeração, Ventilação, Desumidificação, Automático, Sleep, Turbo.
- Controle de Direcionamento de Ar: Automático vertical e horizontal.
- Filtro de Ar: Anti-bactéria e anti-pó.
- Funções Inteligentes: Timer, Memória, Auto Clean, Siga-me.
- Conectividade: Wi-Fi integrado para controle remoto via aplicativo.
- Compatibilidade com Assistentes Virtuais: Google Assistente e Alexa.
- Controle remoto com visor digital e funcionalidades de programação. Incluindo pilhas e suporte de parede.

Certificações obrigatórias:

- Produto com Selo Procel e registro no INMETRO.

Instalação completa dos equipamentos de ar-condicionado

- A instalação deverá ser completa e funcional, incluindo o fornecimento e aplicação dos seguintes itens por unidade:
- No mínimo 3 (três) metros de tubulação em cobre com isolamento térmico adequado;
- Cabo elétrico e interligação entre unidade interna (evaporadora) e externa (condensadora);
- Mangueira de dreno, com destino apropriado para o escoamento da água condensada;
- Suportes para a unidade condensadora e evaporadora, conforme especificações e normas vigentes da legislação.
- Todos os demais insumos necessários à instalação e pleno funcionamento dos equipamentos.
- Devem ser fornecidos suportes metálicos reforçados, confeccionados em aço galvanizado ou com tratamento anticorrosivo (pintura epóxi ou acabamento similar), compatíveis com o peso da unidade externa de 30.000 BTUs.
- Os suportes deverão suportar, no mínimo, 60 kg;
- Ter espaçamento e resistência adequados à ventilação e sustentação da unidade;
- Ser fixados com buchas e parafusos apropriados ao tipo de parede (concreto, alvenaria ou metálica);
- Garantir instalação nivelada e segura, permitindo fácil manutenção e dissipação térmica eficiente.
- Suporte ou Fixação para Unidade Evaporadora (Interna):
- A contratada deverá avaliar previamente as condições da estrutura onde os equipamentos serão instalados.
- Caso se constate a necessidade de reforço ou adaptação da estrutura, a empresa deverá comunicar formalmente à contratante e propor solução viável.
- Toda a instalação deverá obedecer às normas técnicas e boas práticas de engenharia, visando à segurança dos usuários, à longevidade do equipamento e à eficiência energética.
- A instalação deverá ser executada por empresa ou profissional especializado, com emissão de ART ou RRT, respeitando integralmente as normas técnicas da ABNT, especialmente a NBR 16401 (climatização) e a NBR 5410 (instalações elétricas), bem como os requisitos de segurança elétrica aplicáveis.
- A contratada deverá realizar o teste de funcionamento completo, emitindo termo de instalação, relatório de conformidade e fornecendo garantia mínima de 6 (seis) meses para o serviço prestado.

- Entrega do ambiente limpo e livre de resíduos.
- Manual do usuário, termo de instalação e certificado de garantia.

Garantia

- Mínimo de 12 meses para unidades interna e externa.

Desse modo, a aquisição dos bens descritos no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar beneficiará de forma direta os policiais militares do BPRED/PMRN, além de impactar positivamente, de forma indireta, a população do Rio Grande do Norte. Essa aquisição possibilitará melhores condições para a realização de ações preventivas, educativas e operacionais, contribuindo para o aumento da sensação de segurança e para a redução dos índices de violência nas áreas atendidas.

A presente aquisição trará benefícios significativos à qualidade das condições de formação dos profissionais da segurança pública, promovendo ambientes climatizados, organizados e tecnicamente equipados para o desenvolvimento de atividades formativas, administrativas e operacionais.

A aquisição também se mostra viável do ponto de vista econômico e operacional, considerando a durabilidade dos materiais, a melhoria do desempenho das atividades administrativas e formativas, a conservação do patrimônio público e a otimização de recursos, além de contribuir para a valorização da força de trabalho policial e para a credibilidade das ações institucionais junto à comunidade.

Para esse tipo de objeto, o que se observou em levantamento de mercado é que a presente demanda deverá ser atendida por meio de processo licitatório, com ampla concorrência, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A compra dos itens deverá obedecer aos requisitos técnicos detalhados e especificados no edital, assegurando o atendimento pleno às necessidades da corporação e o cumprimento das normas legais vigentes.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A metodologia adotada para a definição do quantitativo estimado dos itens constantes neste Estudo Técnico Preliminar fundamentou-se em critérios técnicos, objetivos e alinhados às reais necessidades operacionais do Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência (BPRED/PMRN). Foram considerados, de forma integrada, o perfil do público atendido pela unidade especializada, os indicadores regionais de violência no ambiente escolar e comunitário, bem como a estrutura atual de efetivo da Unidade, composta por 240 (duzentos e quarenta) policiais militares, distribuídos entre atividades operacionais, administrativas e instrucionais.

A estimativa também levou em conta o volume crescente e a complexidade das ações desenvolvidas pelo BPRED/PMRN, especialmente no âmbito dos programas PROERD, Ronda Escolar e Patrulha Maria da Penha, que demandam capacitação técnica contínua, atualização periódica de protocolos e padronização de procedimentos. Tais programas exigem ambientes formativos adequados, capazes de atender simultaneamente diferentes turmas de policiais, instrutores e multiplicadores, bem como suportar atividades presenciais, híbridas e remotas.

Outro fator determinante foi a necessidade de garantir a adequada relação entre quantidade de equipamentos, número de usuários simultâneos e a vida útil dos bens a serem adquiridos, evitando tanto o subdimensionamento, que comprometeria a efetividade da capacitação e a continuidade dos serviços, quanto o superdimensionamento, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade que regem a administração pública. A definição dos quantitativos buscou, portanto, assegurar a plena funcionalidade do Centro de Capacitação, considerando o uso intensivo dos equipamentos, a rotatividade dos efetivos em treinamento e a expansão gradual das atividades formativas da unidade.

Ressalta-se, ainda, que a estimativa foi projetada para atender não apenas à demanda atual, mas também às necessidades futuras previsíveis, considerando a ampliação territorial das ações do BPRED/PMRN, o fortalecimento das políticas públicas de prevenção à violência e a incorporação de metodologias pedagógicas baseadas em tecnologias digitais e em pesquisa aplicada. Dessa forma, os quantitativos propostos refletem um planejamento estratégico voltado à sustentabilidade da política de capacitação continuada e à manutenção de elevados padrões de qualidade no serviço prestado à sociedade.

Assim, a definição das quantidades a serem contratadas encontra-se devidamente embasada na real necessidade operacional e administrativa da Unidade, garantindo condições adequadas de trabalho aos policiais militares, a efetividade dos processos formativos e a continuidade e ampliação das ações educacionais, preventivas e institucionais desenvolvidas pelo BPRED/PMRN.

Para a adequada estruturação e funcionamento do Centro de Capacitação do Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência (BPRED/PMRN), faz-se necessária a aquisição dos itens nas quantidades especificadas a seguir:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	1	Notebook 15,6" Core i7, 16 GB RAM, 512 GB SSD e acessórios	44.90.52	8435	Unidade	30
02	2	Mesa modular	44.90.52	18699	Unidade	60
	3	Cadeira	44.90.52	331	Unidade	60
	4	Armário	44.90.52	15290	Unidade	6
03	5	Lousa interativa de 85"	44.90.52	17694	Unidade	2
04	6	Sistema de som	44.90.52	16191	Unidade	2
	7	Switch PoE Gerenciavel	44.90.52	5522	Unidade	2
	8	Caixa de cabo de rede Ethernet LAN Cat5e RJ45	33.90.39	208	Unidade	12
	9	No-break Senoidal	44.90.52	7068	Unidade	4
05	10	Ar-condicionado 30.000 BTUs com instalação	44.90.52	13768	Unidade	4

Unidade, respeitando critérios de **razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa**, visando atender adequadamente à finalidade pública, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa de preços tem por objetivo a análise de viabilidade da contratação, dessa maneira, segundo a demanda contida no Documento de Formalização da Demanda PM - BPRED - P6 (SEI nº 38767523), verificamos que a estimativa preliminar do valor da contratação, é o seguinte:

ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 8º, inciso IV do Decreto nº 10.947, de 2022):			
Descrição	Natureza da Despesa	Investimento	Custeio
Mobiliário para escritório	449052	R\$ 439.202,07	-
	339039	-	R\$ 12.000,00
Subtotais	-	R\$ 439.202,07	R\$ 12.000,00
TOTAL DA DEMANDA		R\$ 451.202,07	

7.2. PARÂMETROS E METODOLOGIA

7.3. Os valores adotados para a elaboração das memórias de cálculo dos preços estimados foram apurados em conformidade com os parâmetros estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, observando-se critérios objetivos e metodologias reconhecidas para a formação do preço de referência da contratação.

7.4. A metodologia empregada consistiu na utilização da **média aritmética simples** dos valores obtidos na pesquisa de preços, precedida da análise crítica dos dados coletados, com a exclusão de valores considerados **inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados**, de modo a assegurar a fidedignidade das informações e a aderência aos preços praticados no mercado.

7.5. Na presente pesquisa foram utilizados o seguinte parâmetro, segundo Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021:

PARÂMETROS (IN. 65/2021 - SEGES/ME)											
Nº Item	Nome	Unidade	Preços Governamentais Art 5º Inc. I	Outros Preços Públicos Art 5º Inc. II	Domínio Amplo Art 5º Inc. III	Cotação Direta Art 5º Inc. IV	Notas Fiscais Art 5º Inc. V	Média	Mediana	Qtd.	Preço Estimado Total
1	Notebook 15,6" Core i7, 16 GB RAM, 512 GB SSD e acessórios	Und.	5 Preços	0 Preço	0 Preço	0 Preço	0 Preço	R\$ 8.094,92	-	30	R\$ 242.847,60
2	Mesa Modular trapezoidal	Und.	0 Preço	0 Preço	0 Preço	4 Preços	0 Preço	R\$ 900,99	-	60	R\$ 54.059,40
3	Cadeira	Und.	0 Preço	0 Preço	0 Preço	3 Preços	0 Preço	R\$ 450,00	-	60	R\$ 27.000,00
4	Armário	Und.	0 Preço	0 Preço	0 Preço	3 Preços	0 Preço	R\$ 993,33	-	6	R\$ 5.959,98
5	Lousa digital de 85 polegadas	Und.	1 Preço	0 Preço	0 Preço	2 Preços	0 Preço	R\$ 30.680,30	-	2	R\$ 61.360,60
6	Sistema de som	Und.	1 Preço	0 Preço	3 Preços	0 Preço	0 Preço	R\$ 1.137,83	-	2	R\$ 2.275,66
7	Switch Poe Gerenciavel	Und.	4 Preços	0 Preço	0 Preço	0 Preço	0 Preço	R\$ 3.905,18	-	2	R\$ 7.810,36
8	Caixa de cabo de rede Ethernet LAN Cat5e RJ45	Und.	0 Preço	0 Preço	4 Preços	0 Preço	0 Preço	R\$ 869,06	-	12	R\$ 10.428,72
9	No-break Senoidal	Und.	4 Preços	0 Preço	0 Preço	0 Preço	0 Preço	R\$ 903,45	-	4	R\$ 3.613,80
10	Ar-condicionado 30.000 BTUs com instalação	Und.	0 Preço	0 Preço	0 Preço	3 Preços	0 Preço	R\$ 8.286,81	-	4	R\$ 33.147,24
Valor Total: R\$ 448.503,36											

Tabela 1

7.6. Valor Total estimado para a contratação: R\$ 448.503,36 (quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e três reais e trinta e seis centavos), conforme somatório da coluna dos valores totais do item.

7.7. As informações referentes a Razão Social dos fornecedores, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e descritivo dos itens obtidos na pesquisa mercadológica, bem como as referências dos órgãos contratantes, constam detalhados na Pesquisa Mercadológica (SEI nº 38767689).

7.8. Diante do exposto, conclui-se que o preço estimado foi devidamente fundamentado em pesquisa mercadológica idônea, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e transparência, razão pela qual se mostra adequada a contratação nos moldes propostos, por representar a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. O objeto da contratação será composto por 5 (cinco) lotes, de preço total orçado pela administração no valor R\$ 448.503,36 (quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e três reais e trinta e seis centavos).

8.2. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, indicando se a aquisição deverá ser realizada por grupo.

8.3. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes, já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação, nos termos do artigo 2º do Regulamento. Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. **A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.**” (grifou-se)

8.4. Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

“Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexequíveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...)”

As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”

8.5. A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

8.6. Neste sentido, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, sendo imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala. Dessa forma, a presente solução consiste no PARCELAMENTO da solução em determinadas áreas, tendo em vista a natureza e particularidades dos equipamentos. Tal parcelamento se dará na formação de lotes, pois tal decisão assegura ser técnica e economicamente viável para atingimento dos resultados pretendidos, não havendo perda de economia de escala e com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

8.7. **Da modalidade de licitação e do critério de julgamento**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sendo essa a modalidade de licitação obrigatória, por se tratar de bem(ns)/serviço(s), os quais são caracterizados como comum(ns) objeto(s) desta contratação, visto que, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, acordante com o que determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, o que vai garantir extrema segurança ao licitante em todas as suas fases, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, pois considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, preconizando o art. 33, I, concomitante com o art. 34, da Lei nº 14.133/21.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Com vistas a identificar se existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes, que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, observou-se que não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. ALINHAMENTO COM A POLÍTICA NACIONAL

Meta(s) do PNSPDS: Meta 6: Reduzir o número absoluto de vitimização de profissionais de segurança pública em 30% até 2030.

Área temática: Melhoria da Qualidade de Vida dos Profissionais da Segurança Pública.

Meta Geral: Reduzir a mortalidade de profissionais da Segurança Pública no Rio Grande do Norte para quantidade inferior a 10 até 2027

Ação(ões): 8 Centro de Capacitação do BPRED/PMRN.

Meta(s) Específica(s): Reduzir em 20% a mortalidade de profissionais da Segurança Pública no RN até 2027.

10.2. ALINHAMENTO COM A PESP/RN (PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA)

Eixo(s): 03 - Iniciativas de fortalecimento, valorização e proteção de direitos dos profissionais de segurança.

Ação(ões) Estratégica(s): 10 - Aprimorar os processos de segurança pública, especialmente os relacionados a policiamento ostensivo, perícia, investigação e inteligência, com inovação tecnológica e integração de sistemas de informação e comunicação.

Meta(s): Meta 17: Reduzir o número absoluto de vitimização de profissionais de segurança pública em 30%, até 2031..

Indicador(es): Indic_28. Quantitativo de profissionais de segurança pública mortos em decorrência de sua atividade.

10.3. **ALINHAMENTO COM O PPA SESED**

Programa(s): 0301 - Segurança Pública: Cidadania, Inteligência, Gestão e Valorização dos Profissionais.

Objetivo(s): 619 - Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública do RN.

Objetivo(s) Específico(s): 195 - Realizar ações voltadas à valorização dos profissionais de segurança pública.

Entrega(s): 423 - Realização de ações voltadas à valorização dos profissionais de segurança pública.

Subação(s): 334201 - Realização de ações voltadas à valorização dos profis. do SISPRN por meio do FUNSEP.

10.4. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

Os projetos executados por este Setor possuem a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte (SESED/RN) como conveniente, enquanto a PMRN configura apenas como instituição beneficiária.

Sendo assim, uma vez que os recursos financeiros são alocados pela Secretaria, o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da SESED/RN, conforme detalhamento a seguir:

ID DO PCA no PNCP: 00498299000156-0-000001/2026

Data de Publicação no PNCP: 20/05/2025

Classe/Grupo: 7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO

Identificador da Futura Contratação: 925535-38/2026

11. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. A aquisição de equipamentos para o Centro de Capacitação do Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência (BPRED/PMRN) representa um investimento estratégico e fundamental para o aprimoramento das capacidades operacionais e educacionais da instituição. Este projeto visa estabelecer um ambiente de treinamento moderno e tecnologicamente avançado, capaz de oferecer uma formação contínua e de alta qualidade aos membros do batalhão, bem como aos demais profissionais envolvidos nas ações de prevenção e combate à violência no ambiente escolar.

11.2. O Centro de Capacitação, com sua infraestrutura renovada, proporcionará uma série de benefícios que se estendem muito além da simples disponibilidade de novos equipamentos. A integração de tecnologia de ponta com um espaço físico adequado criará um ecossistema de aprendizado dinâmico e interativo, essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da segurança pública e da educação preventiva.

11.3. Um centro de capacitação bem equipado é crucial para o desenvolvimento contínuo dos policiais e demais agentes. A disponibilidade de notebooks modernos, lousas interativas e sistemas de som de qualidade permitirá a implementação de metodologias de ensino mais eficazes, incluindo simulações, treinamentos práticos e cursos à distância. Isso resultará em profissionais mais bem preparados, com habilidades atualizadas para lidar com as complexidades do policiamento escolar e das ações de prevenção às drogas e à violência. A infraestrutura adequada facilita a absorção de novos conhecimentos e a aplicação de técnicas inovadoras no campo de atuação.

11.4. Além da capacitação individual, a modernização do centro impacta diretamente a eficiência operacional do BPRED/PMRN. A aquisição de equipamentos de rede, como switches gerenciáveis, e de sistemas de energia ininterrupta, como no-breaks, garante a estabilidade e a segurança das operações de comunicação e dados. Isso é vital para o planejamento e execução de missões, o monitoramento de áreas de risco e a coordenação de equipes em campo. Um ambiente de trabalho funcional e sem interrupções tecnológicas permite que os recursos humanos e materiais sejam utilizados de forma mais produtiva, otimizando o tempo e os esforços dedicados às atividades-fim da instituição.

11.5. O Centro de Capacitação se tornará um polo de inovação e colaboração. Mesas modulares e cadeiras confortáveis criam um ambiente propício para discussões em grupo, workshops e o intercâmbio de experiências entre os profissionais. A lousa interativa e os sistemas de som facilitam a apresentação de ideias, o brainstorming e o desenvolvimento conjunto de estratégias. Este ambiente estimula a criatividade e a busca por soluções inovadoras para os desafios enfrentados no dia a dia, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e de aprimoramento coletivo. A capacidade de hospedar eventos, seminários e reuniões com parceiros externos também será ampliada, fortalecendo as redes de colaboração e o impacto das ações do BPRED/PMRN na comunidade.

11.6. O conforto e o bem-estar dos usuários do Centro de Capacitação são aspectos cruciais para o sucesso das atividades. A instalação de ar-condicionado de alta capacidade garante um ambiente climatizado e agradável, essencial para a concentração e o desempenho durante longas horas de treinamento ou estudo. Armários adequados contribuem para a organização do espaço, criando um ambiente de trabalho mais funcional e produtivo. Um espaço confortável e bem organizado não apenas melhora a qualidade do aprendizado, mas também demonstra o compromisso da instituição com o bem-estar de seus membros, impactando positivamente a moral e a motivação.

11.7. Em suma, a aquisição desses equipamentos para o Centro de Capacitação do BPRED/PMRN transcende a mera compra de bens materiais. Trata-se de um investimento estratégico que visa fortalecer a capacidade institucional, aprimorar a formação profissional, otimizar a eficiência operacional, fomentar a inovação e a colaboração, e proporcionar um ambiente de trabalho e aprendizado de excelência. Os resultados esperados incluem uma atuação mais eficaz do batalhão na prevenção às drogas e à violência, um impacto positivo na segurança escolar e, consequentemente, uma contribuição significativa para a construção de uma sociedade mais segura e consciente.

11.8. A equipe de planejamento entende que, em termos de efetividade, a adoção da solução proposta tem o potencial de gerar os seguintes ganhos no trabalho da instituição:

11.9. Os benefícios advindos da presente contratação serão encontrados na excelência das condições de trabalho oferecidas aos policiais militares, os quais serão empregados em situações diversas e, geralmente, adversas;

11.10. O Centro de Capacitação do BPRED/PMRN permitirá aos policiais desenvolver as atividades com segurança e

confiabilidade, garantindo o cumprimento de suas missões.

11.11. Desta forma haverá melhor prestação de serviço à sociedade e diminuição dos riscos de acidentes a terceiros devido à melhoria no desempenho das atividades especialíssimas de segurança pública.

11.12. Assim sendo, esta aquisição consiste em um passo importante para otimizar os trabalhos desenvolvidos pelo BPRED/PMRN.

PÚBLICO ALVO
Sociedade do Rio Grande do Norte.
OBJETIVOS DO PROJETO
Geral: Equipar o Centro de Capacitação do BPRED/PMRN.
Específico(s): - Adquirir equipamentos para Centro de Capacitação do BPRED/PMRN; - Proporcionar formação continuada para os policiais militares do BPRED/PMRN.
METAS DO PROJETO
Adquirir equipamentos para Centro de Capacitação do BPRED/PMRN.
REGIONALIZAÇÃO - Região(ões) Atendida(s)
Território do Estado do Rio Grande do Norte.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento do item e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade da compra.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Serão definidos no Termo de Referência condições que minimizam possíveis impactos ambientais, seguindo as orientações normativas que tratam de sustentabilidade em contratações públicas.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Diante dos cenários apresentados no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, referente ao Levantamento de Mercado, procedeu-se à análise comparativa das alternativas disponíveis, nos termos do art. 44 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se, de forma integrada, os aspectos técnicos, econômicos e operacionais, bem como os custos e benefícios associados a cada solução possível.

A avaliação contemplou, entre outras possibilidades, a aquisição de bens e a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação. Contudo, verificou-se que a locação não se mostra tecnicamente viável nem economicamente vantajosa, tendo em vista a natureza dos equipamentos, a necessidade de uso contínuo durante a execução do projeto e, sobretudo, a inexistência de continuidade dos recursos financeiros oriundos de transferências na modalidade Fundo a Fundo.

Assim, considerando que se trata de bens amplamente ofertados no mercado, com vida útil compatível com os objetivos institucionais e relação custo-benefício favorável ao longo do tempo, concluiu-se que a aquisição definitiva dos equipamentos é a alternativa que melhor atende ao interesse público, sob os prismas da economicidade, eficiência e conveniência administrativa, configurando-se como a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

O Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (BPRED/PMRN), no exercício de suas atribuições institucionais, desenvolve atividades especializadas por meio dos programas Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), Ronda Escolar e Patrulha Maria da Penha, os quais exigem atuação técnica específica, sensibilidade social, domínio normativo e preparo operacional adequado.

Nesse contexto, a Portaria Normativa nº 019/2020-CG/PMRN, de 24 de julho de 2020, estabelece diretrizes para a atuação da Patrulha Maria da Penha, definindo critérios, competências e procedimentos a serem observados pelos policiais militares designados para essas funções. O referido normativo evidencia que a atuação nessas áreas não se confunde com o policiamento ostensivo convencional, demandando capacitação prévia, específica e continuada como condição essencial para o desempenho eficaz e responsável das atividades.

A capacitação prévia dos policiais militares constitui requisito indispensável para assegurar a correta aplicação das metodologias do PROERD, a atuação preventiva e mediadora da Ronda Escolar e o atendimento qualificado, humanizado e interinstitucional no âmbito da Patrulha Maria da Penha, considerando a complexidade das situações enfrentadas, o público vulnerável envolvido e a necessidade de observância rigorosa dos direitos fundamentais.

Dessa forma, em consonância com a Portaria Normativa nº 019/2020-CG/PMRN, torna-se imperativo que os policiais militares designados para o BPRED/PMRN somente atuem nessas funções após a devida formação e capacitação específicas, garantindo-se a padronização dos procedimentos, a eficiência do serviço prestado, a segurança jurídica das ações e o fortalecimento das políticas públicas de prevenção à violência no âmbito da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

Além da formação inicial, a capacitação continuada, por meio dos cursos da Patrulha Maria da Penha, do Policiamento Escolar e do PROERD, é de suma importância para o adequado desempenho das funções desta unidade policial militar, conforme o planejamento institucional, bem como as diretrizes específicas do próprio Batalhão.

No que se refere à Justificativa da Escolha da Solução, os bens a serem adquiridos enquadram-se como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispõe o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a modalidade licitatória adequada é o Pregão, obrigatoriamente sob a forma eletrônica, em consonância com os princípios da transparência, competitividade e segurança jurídica, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos dos arts. 33, inciso I, e 34 do referido diploma legal, assegurada a observância dos requisitos mínimos de qualidade estabelecidos no edital.

Quanto à Adequação Legal, a presente contratação encontra respaldo não apenas na Lei nº 14.133/2021, mas também na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

(PNSPDS), a qual estabelece, em seu art. 4º, inciso II, como princípio, a proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública. A implantação do Centro de Capacitação alinha-se diretamente a esse comando normativo, ao promover a qualificação contínua e o aprimoramento técnico dos profissionais do BPRED/PMRN.

No tocante aos Impactos e Benefícios Esperados, a aquisição e a implementação do Centro de Capacitação proporcionarão resultados positivos e mensuráveis, dentre os quais destacam-se:

- aprimoramento da capacitação profissional, por meio de infraestrutura adequada e equipamentos modernos, possibilitando treinamentos contínuos e alinhados às demandas contemporâneas do policiamento escolar, da prevenção às drogas e do enfrentamento à violência contra a mulher;
- otimização da eficiência operacional, com o uso de recursos tecnológicos que favorecem o planejamento, a comunicação e a execução das atividades institucionais;
- fomento à integração, à inovação e à troca de conhecimentos, fortalecendo a atuação colaborativa entre os integrantes do Batalhão e parceiros institucionais;
- melhoria do conforto, da ergonomia e do bem-estar dos servidores, refletindo positivamente na produtividade, na motivação e na qualidade do serviço prestado à sociedade.

Sob a ótica socioeconômica e ambiental, a solução mostra-se igualmente viável, uma vez que o investimento gera retorno social relevante na área da segurança pública, ao passo que os impactos ambientais são reduzidos e mitigáveis, considerando-se a durabilidade dos equipamentos, o uso racional dos recursos e a observância das boas práticas de sustentabilidade.

Por fim, quanto ao Plano de Implementação, a execução da solução dar-se-á de forma gradual e planejada, iniciando-se com o processo licitatório, seguido da aquisição, instalação e adequação dos equipamentos, culminando na efetiva operacionalização do Centro de Capacitação. Todas as etapas serão acompanhadas por equipe técnica responsável, garantindo-se a conformidade com as especificações técnicas, o cumprimento dos prazos e a correta aplicação dos recursos públicos.

Diante do exposto, esta Equipe de Planejamento conclui, de forma fundamentada e conclusiva, que a aquisição dos equipamentos necessários à implementação do Centro de Capacitação do Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência (BPRED/PMRN) é tecnicamente adequada, juridicamente regular, economicamente vantajosa e socialmente relevante, atendendo plenamente aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na gestão pública, conforme estabelece a Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

15. **RESPONSÁVEIS:**

Natal-RN, na data da assinatura eletrônica.

Romão Inácio da Silva Júnior - Maj QOEM

Matrícula 169.686-6

Gerente

Silas Duarte **Rolim** - 3º Sgt QPPM

Matrícula: 208.094-0

Área Técnica

Élvio **Anderson** Maia Lima - TC QOEM

Matrícula: 194.169-0

Área de Contratações



Documento assinado eletronicamente por **ROMAO INACIO DA SILVA JUNIOR, Major PM**, em 23/03/2026, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILAS DUARTE ROLIM, 3º Sargento PM**, em 23/03/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELVIO ANDERSON MAIA LIMA, Tenente-Coronel PM**, em 23/03/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38767581** e o código CRC **1D9BF400**.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 01511020.000026/2025-61

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
___/2026 - QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA
DEFESA SOCIAL - SESED/RN E A EMPRESA
_____.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL** com sede no Centro Administrativo do Estado, Escola de Governo, 1º andar, BR 101, Km 0, Lagoa Nova, CEP: 59.064-901, em Natal/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **00.498.299/0001-56**, neste ato representado pelo senhor **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil/RN, portador da Matrícula Funcional nº 75.477-3, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social no dia 03 de janeiro de 2019, publicado na edição nº 14.325 - DOE/RN, indicado para Ordenador de despesas pela Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 05 de janeiro de 2019, residente e domiciliado nesta capital doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 01511020.000026/2025-61 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Estadual 32.449/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos para implantação do Centro de Capacitação do Batalhão de Policiamento Escolar e Prevenção às Drogas e à Violência - BPRED da PMRN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência:

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Notebook 15,6" Core i7, 16 GB RAM, 512 GB SSD e acessórios	Unidade	30	R\$	R\$
02	Mesa modular	Unidade	60	R\$	R\$
03	Cadeira	Unidade	60	R\$	R\$
04	Armário	Unidade	6	R\$	R\$
05	Lousa interativa de 85"	Unidade	2	R\$	R\$
06	Sistema de som	Unidade	2	R\$	R\$
07	Switch PoE	Unidade	2	R\$	R\$
08	Caixa de cabo de rede Ethernet LAN Cat5e RJ45	Unidade	12	R\$	R\$
09	No-break Senoidal	Unidade	4	R\$	R\$
10	Ar-condicionado 30.000 BTUs com instalação	Unidade	4	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas, mediante justificativa da Administração e observância do interesse público, com a devida formalização por termo aditivo, quando exigido pela legislação aplicável.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

Condições de entrega

3.1. O prazo de entrega dos bens é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, **em entrega única**.

3.2. A entrega dos bens deverá ser em dias úteis, no horário de expediente compreendido entre 08h às 12h, a ser realizada na sede do BPRED/PMRN, situado na Av. Antônio Basílio, 1850, Lagoa Nova, Natal - RN, 59052-000, e serão acompanhadas e fiscalizadas por representantes da CONTRATANTE, com vistas à verificação da conformidade dos bens com as especificações constantes neste instrumento e seus anexos;

3.3. A empresa deverá comunicar à CONTRATANTE, com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos itens, nos telefones: 84 98137-2299 (Demandante) ou 84 98726-2553 (Gerente).

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

3.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.4.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.4.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

3.4.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.4.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, conforme as normas técnicas específicas.

3.4.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.4.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.4.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.4.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.4.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

3.4.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante, serão aplicadas as penalidades previstas no Edital.

3.4.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.4.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.4.14. A empresa fornecedora deverá dispor de meios para a abertura dos chamados técnicos, tais como: Telefone tipo 0800, site, e-mail, WhatsApp, ou software para abertura dos chamados técnicos.

3.4.15. A CONTRATADA deverá substituir definitivamente, por outro equipamento novo, de primeiro uso, com as mesmas especificações técnicas, ou superior, as do equipamento com defeito, no prazo máximo de até setenta e duas (72) horas, contado da notificação feita pela CONTRATANTE, o equipamento que durante a vigência da garantia for objeto de três (3) ocorrências da mesma natureza.

3.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o

ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

3.9.2. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

3.9.3. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II)

3.9.4. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

3.9.5. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

3.10. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

3.10.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

3.11. O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)

5.1. **O valor total da contratação é de R\$..... (.....).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

Liquidação

6.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

6.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

6.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

6.10. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

6.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Em caso de reajuste, será utilizado o **IPCA**, porque é o índice oficial de inflação do Brasil, pois considera a realidade econômica do país. Utilizar o IPCA para o reajuste garante que o valor a ser pago acompanha a inflação, evitando perdas no poder de compra ao longo do tempo. Isso é especialmente importante em aquisições de bens duráveis, que podem ter seus preços impactados por variações inflacionárias. O IPCA é amplamente reconhecido e aceito por instituições financeiras, órgãos públicos e a sociedade em geral. Isso proporciona maior transparência e legitimidade ao processo de reajuste, facilitando a compreensão e aceitação por todas as partes envolvidas. Dessa forma, o IPCA é frequentemente utilizado em contratos e ajustes de preços em diversas esferas, o que reforça sua adequação e confiabilidade como índice para reajustes em aquisições públicas.

7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **xx/xx/xxxx**.

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta)** dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.17. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 9.19. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.21. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 - SEAD/SEMJDH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).
- 9.21.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o licitante deverá comprovar o cumprimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 30.753/2021, alterado pelo Decreto nº 31.902/2022, equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados.
- 9.21.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será realizada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, com a devida ocultação dos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).
- 9.21.3. A verificação da regularidade poderá ser realizada por meio do endereço eletrônico oficial: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 11.2.4. **Multa:**
- 11.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 11.2.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10 % (dez por cento) do valor da contratação.
- 11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 8% (oito por cento) do valor da contratação.
- 11.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 6 % (seis por cento) do valor da contratação.
- 11.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 4% (quatro por cento) do valor da contratação.
- 11.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 2 % (dois por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações:

- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.8.2. Os Endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.9.1. Natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 11.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133, de 2021.
- 11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.6.3. Indenizações e multas.
- 12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.8. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 12.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, constante na **Lei Orçamentária Anual - 2026**, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	122	0301	3342	334201	0.713.000092	44.90.52	35 - Equip. de Informática e Processamento de Dados	

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	122	0301	3342	334201	0.713.000092	44.90.52	42 - Mobiliário em Geral	

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	122	0301	3342	334201	0.713.000092	44.90.52	33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	122	0301	3342	334201	0.713.000092	44.90.52	37 - Equipamentos de TIC - Ativos de Rede	

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	122	0301	3342	334201	0.713.000092	44.90.52	30 - Máquinas e Equipamentos Energéticos	

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	122	0301	3342	334201	0.713.000092	44.90.52	34 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	122	0301	3342	334201	0.713.000091	33.90.30	26 - Material Elétrico e Eletrônico	

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE
Secretário Adjunto da SESED/RN
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura
CPF nº

Assinatura
CPF nº



Documento assinado eletronicamente por **LUAN PONTES XAVIER, Estagiario**, em 27/03/2026, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANDRE DA COSTA NETO, C-4**, em 27/03/2026, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40317361** e o código CRC **5C912D68**.

